Assunção Cristas
pelaNossaLisboa

Nossa Lisboa

CDS-PP MPT PARTIDO DA TERRA PPM

PROGRAMA ELEITORAL
2017-2021

ÍNDICE

Conteúdo

VISÃO PARA A NOSSA LISBOA **V**

1. MOBILIDADE E SUSTENTABILIDADE URBANAS **27**

I. MOBILIDADE 27

A) PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO METRO 30

B) MODERNIZAÇÃO DA CARRIS 33

C) GESTÃO OTIMIZADA DO TRÁFEGO 34

D) POLÍTICA DE ESTACIONAMENTO – "LISBOA PARQUE" 35

E) CONSELHO MUNICIPAL PARA A MOBILIDADE URBANA 36

II. SUSTENTABILIDADE URBANA 37

A) AMBIENTE E ENERGIA 37

B) ÁGUA E RESÍDUOS 40

C) CLIMA, ENERGIA E EFICIÊNCIA DE RECURSOS 41

D) ESPAÇO PÚBLICO 42

E) REABILITAÇÃO URBANA 45

2. POLÍTICAS SOCIAIS **51**

I. FAMÍLIA E NATALIDADE 52

A) APOIO ÀS FAMÍLIAS 52

B) APOIO ESPECIAL ÀS FAMÍLIAS CARENCIADAS 53

II. APOIO AOS IDOSOS E ÀS PESSOAS DEPENDENTES 56

A) APOIO AOS IDOSOS E ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 56

B) ENVELHECIMENTO ATIVO E VOLUNTARIADO 59

III. IMIGRANTES E REFUGIADOS 61

IV. HABITAÇÃO 62

A) HABITAÇÃO PARA TODOS 63

B) POLÍTICA SOCIAL DE HABITAÇÃO 67

C) PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO 68

V. SAÚDE 70

VI. EDUCAÇÃO 73

VII. JUVENTUDE 76

VIII. DESPORTO 77

IX. GOVERNANÇA NA AÇÃO SOCIAL 79

3. ECONOMIA E EMPREGO **83**

I. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO 83

II. ECONOMIA AZUL - LISBOA, CAPITAL MUNDIAL DO OCEANO 84

III. TURISMO 89

IV. COMÉRCIO 92

V. ADMINISTRAÇÃO LOCAL 93

4. CULTURA **100**

I. PATRIMÓNIO, CRIAÇÃO CULTURAL E CULTURA POPULAR 101

II. MÚSICA E ARTES DO ESPETÁCULO 107

III. POSICIONAMENTO INTERNACIONAL 110

5. SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS **113**

Visão para a Nossa Lisboa

"A Nossa Lisboa é uma capital para todas as idades e todas as condições económicas e sociais: é uma Lisboa inclusiva, cosmopolita e competitiva, que se afirma internacionalmente como a capital mundial do oceano, onde a inovação, o acolhimento e a qualidade de vida a tornam apetecível para ser a nossa casa em todas as fases da nossa vida.

Temos uma carta de valores muito clara, assente na ambição de tornar Lisboa numa cidade moderna e inclusiva, que protege os mais carenciados, que acompanha os idosos e que acolhe as famílias com filhos; para tornar Lisboa mais aberta ao país e ao mundo, mais cosmopolita e culturalmente fervilhante, garantindo ao mesmo tempo a nossa alma bairrista, as nossas tradições e o nosso capital patrimonial; para tornar Lisboa uma cidade economicamente pujante através de um modelo sustentável, que encontra no Tejo e no mar uma grande oportunidade de afirmação nacional e internacional; para garantir uma Lisboa segura para as pessoas e bens, para habitantes e visitantes; para tornar Lisboa uma cidade com uma administração local eficiente, mas de rosto humano."

LARGO DO TERREIRINHO
RUA DOS CAVALEIROS
EXCEPTO TRÂNSITO LOCAL
BERG

SUMÁRIO EXECUTIVO

Um Percurso

Partimos para as eleições autárquicas do município de Lisboa depois de uma consolidada caminhada. Nos últimos oito anos, os elementos desta coligação, na vereação e na Assembleia Municipal, foram os agentes políticos mais ativos na oposição ao executivo camarário liderado pelo Partido Socialista. Lançámos a nossa candidatura um ano antes do ato eleitoral.

Durante este período desenvolvemos o ciclo de conferências "Ouvir Lisboa", ao abrigo do qual fomentámos o debate com a sociedade – os principais atores da política – ao longo de 13 conferências em torno de temas tão diversos quanto a pobreza e a habitação social, o mercado de arrendamento, a mobilidade, a água e o ambiente, a cultura, o turismo, a economia azul, o empreendedorismo, a segurança ou "Lisboa no mundo".

Fizemos quase mais de duas centenas de visitas ao terreno e de reuniões com as mais diversas instituições na cidade. Em paralelo, recebemos e analisámos com atenção milhares de respostas à nossa carta a todos os moradores da cidade. Refletimos e incorporámos os seus contributos valiosos.

Volvido esse período de auscultação e de diagnóstico sobre os principais desafios de Lisboa, desenvolvemos uma estratégia política para a cidade, contando com a participação ativa de um alargado conjunto de especialistas (independentes e com militância partidária) em sectores-chave para o progresso da nossa cidade.

Este programa que agora apresentamos da **Nossa Lisboa** é o resultado deste processo profundo, intenso e participado, de que muito nos orgulhamos.

VETORES DE AÇÃO

Assente na nossa visão e valores, identificamos os grandes vetores orientadores para ação política que detalhamos neste programa:

- **Mobilidade e Sustentabilidade Urbana;**
- **Políticas Sociais;**
- **Economia, Emprego e Empreendedorismo;**
- **Cultura;**
- **Segurança de Pessoas e Bens.**

MOBILIDADE E SUSTENTABILIDADE URBANA

Numa época em que o tema da sustentabilidade é obrigatório na política de cidades, é crucial que Lisboa alie a sua atratividade a uma condição de cidade eficiente e amiga do ambiente.

Dentro desta agenda, a mobilidade ocupa um lugar de topo. Em Lisboa, por razões adicionais, o tema da mobilidade – dos transportes públicos ao trânsito e à dificuldade de estacionamento - é porventura o que mais preocupa os lisboetas.
As questões da eficiência dos recursos, sejam eles energia, água ou mesmo o próprio edificado existente, que sugere uma prioridade tendencial para a reabilitação, são centrais numa cidade que ambiciona trabalhar para ser um exemplo mundial de cidade verde.
Numa região do globo tão exposta às alterações climáticas como a Península Ibérica, a ligação de todos estes temas a um plano municipal de adaptação às alterações climáticas é determinante do desenvolvimento de uma cidade mais segura e mais resiliente.

Mobilidade

O tempo que os lisboetas gastam em deslocações na cidade e as condições que têm para o fazer são aspetos fundamentais para a sua qualidade de vida.
A metodologia para a elaboração do plano de mobilidade baseou-se no estado da arte de sistemas de transportes, em estudos de *benchmark* e na adaptação de casos de sucesso.

O nosso plano de mobilidade assenta na persecução de **6 metas globais a cumprir até 2030**:

- **redução do tempo médio de viagem casa-trabalho-casa em 10 minutos por dia** (cerca de dois dias por ano de incremento da qualidade de vida) e redução do tempo médio de viagem nas horas de ponta, **nos circuitos mais congestionados, em 25 minutos**.
- **transição do uso do automóvel para transportes coletivos** de 40%.
- **aumento da taxa de ocupação dos veículos em 10%**, nas horas de ponta.
- aumento da atratividade dos serviços de transporte coletivo (inversão da ordem de mérito face ao veículo privado), incluindo um **incremento de 15% na sua velocidade média**.
- **redução dos atrasos nos transportes coletivos** em 40%.
- **redução das emissões de CO_2** associadas à mobilidade em 30%.

Este plano beneficiará da aposta nas tecnologias de informação e comunicação, e de um conjunto de medidas interligadas, designadamente:

- Plano de desenvolvimento do Metro;
- Modernização dos serviços da Carris;
- Gestão otimizada do tráfego;

- Política de estacionamento ("Lisboa Parque").

Entendemos ainda que todas estas matérias devem ser objeto de uma postura permanente de informação, diálogo e concertação com a cidade e os interesses dos diferentes atores: moradores, representantes do tecido empresarial e do setor social.

- Criaremos por isso o **Conselho Municipal da Mobilidade**, fórum privilegiado de informação, debate e concertação das políticas de mobilidade para a cidade de Lisboa.

Ambiente e Energia

Queremos posicionar Lisboa nos lugares cimeiros das cidades sustentáveis a nível global. Queremos que Lisboa seja reconhecida como um excelente lugar para se viver ou visitar também pela qualidade do ambiente envolvente. Tal implica progredir ainda nas políticas ambientais de primeira geração, como a recolha e tratamento de lixo ou a gestão da água e saneamento, bem como adotar políticas promotoras do uso eficiente dos recursos ou de adaptação às alterações climáticas. Feito o diagnóstico do nosso município, defendemos, nomeadamente:

- Investimento na **renovação da frota e na qualificação dos profissionais de higiene urbana**;
- Revisão do Plano Geral de Drenagem de Águas, através de soluções "leves" e combinadas com infraestruturas verdes;
- Uma aposta clara na **eficiência hídrica,** no consumo inteligente de água nas residências dos lisboetas e, em especial, nos serviços da CML;
- A criação de uma **"Bolsa Verde", enquanto mecanismo de promoção da eficiência de energética e hídrica**, de adesão voluntária (através de uma plataforma web) e baseada numa lógica de bonificação fiscal das residências que reduziram o seu consumo de eletricidade, de gás natural e de água, face a uma meta;
- Medidas de **mitigação das ilhas de calor** (através da promoção de sistemas de sombreamento baseado em árvores, de preferência nativas e adaptadas ao clima lisboeta) e de poluição atmosférica (ver capítulo sobre a Mobilidade);
- A massificação da utilização de **painéis solares para aquecimento de água e ar**, e de soluções de autoconsumo de energia elétrica, em edifícios municipais;
- Investimento na **renovação e descarbonização da frota de veículos da CML**, através da aquisição de veículos ligeiros elétricos e híbridos;

- **O estímulo à adoção de "telhados verdes", de jardins verticais em fachadas, varandas e terraços de edifícios da CML**, uma vez que ajuda a drenagem, melhora a estética da cidade e contribui para a obtenção de ambientes mais confortáveis e ecológicos no interior dos edifícios, reduzindo os consumos energéticos e permitindo que os edifícios se adaptem ao meio ambiente envolvente;
- A valorização e distinção dos estabelecimentos de hotelaria e restauração da cidade, que cumpram critérios de sustentabilidade ambiental e energética, através da **atribuição de um prémio de "Estabelecimento Verde"**.
- A revitalização de espaços verdes da cidade, como a floresta de Monsanto ou, noutro plano, o Parque Eduardo VII, tornando-o no parque verde que falta à cidade para pausas de descanso diário e momentos lúdico-recreativos.

Reabilitação Urbana

Numa cidade em que 82% da malha urbana se encontra consolidada, é fundamental olhar para dentro e cuidar do edificado, principalmente daqueles que nele habitam ou que podem vir a habitar.

No próximo mandato a aposta na reabilitação urbana é fulcral para um crescimento consistente da cidade. Um crescimento que deixou de ser de dentro para fora, mas que passe a ser de fora para dentro, criando as condições internas necessárias, em termos de edificado, equipamentos e infraestruturas, para atrair pessoas, investimento e atividade económica.

É fundamental, nomeadamente:

- Evoluir de um paradigma de foco praticamente exclusivo no investimento público, para **modelos em que o investimento público se alia ao investimento privado**;
- Alargar a área territorial de abrangência para efeitos de acesso a financiamento com fundos europeus (área do Plano de Ação de Regeneração Urbana), nomeadamente **apoios para a reabilitação de edifícios de habitação particulares, a bairros que não estão no centro histórico, mas em que a grande parte do edificado está envelhecida e degradada.**

AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

Ação Social

Em termos de ação social, defendemos a ideia de mobilidade social, isto é, a **possibilidade de todas as pessoas poderem obter melhor qualidade de vida através da educação e do trabalho**.
Neste sentido, apresentamos de seguida algumas medidas para cada uma das subáreas associadas às políticas sociais.

Família e natalidade

- Apoiar a conciliação da vida familiar e profissional – preocupação da generalidade das famílias com filhos ou que desejam ter filhos. Consideramos essencial que a CML garanta as respostas necessárias em termos de **reforço de creches e de pré-escolar**, e que proceda à contratualização de vagas em creches privadas que hoje enfrentam uma diminuição da procura.
- Considerar a dimensão do agregado familiar para efeitos de cálculo das taxas municipais e impostos

Apoio aos idosos e às pessoas com deficiência

- Criação de uma rede de "**Cuidadores em Lisboa**" de apoio aos idosos e às pessoas com dependência, através da criação de objetivos comuns e dinamização de uma rede que integre todos os atores sociais do terreno de forma a identificar a procura e juntá-la com a oferta, se necessário reforçando as suas capacidades;
- Funcionamento da CML como dinamizadora da **articulação entre os serviços municipais, as Juntas de Freguesia, o Banco de Voluntariado, as associações e os voluntários**, permitindo construir esta rede que identifica e dá resposta aos problemas dos mais idosos, por exemplo promovendo o **acompanhamento destes pelos mais jovens**;
- **Criação de uma rede de apoio aos cuidadores e de reabilitação no seio familiar ou de proximidade para crianças e jovens com deficiência e incapacidade**, procurando garantir uma articulação mais estreita entre os serviços sociais e os serviços médicos.

Apoio às famílias carenciadas

- A CML deve **garantir tarifas sociais de transportes com descontos até 50% sobre o preço em vigor para famílias de reduzidos recursos, idosos e desempregados**, bem como **passes escolares com descontos até 60%** sobre o preço em vigor para alunos de famílias de limitados recursos e beneficiários da ação social escolar.

Pessoas em situação de sem-abrigo

- Propomos a **criação da figura do "*peer support*"** (ou apoio interpares), que consiste numa relação de apoio entre as pessoas que têm uma experiência comum bem como de um acompanhante social individual, que garanta o acompanhamento sistemático da pessoa;
- A CML tem que estar empenhada na criação de condições para que **ninguém tenha de permanecer na rua por falta de alternativas e assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia com vista ao exercício pleno da cidadania**.

Lisboa mais próxima do cidadão

- Criação da figura de **Provedor do Munícipe**.
- Criação do "Dia do Munícipe" (audiência mensal aos munícipes por parte dos Vereadores/Gabinetes dos Vereadores).

Habitação

- **Atribuir com urgência o elevado número de casas de habitação social que se encontram vagas, alojando assim mais 1 600 famílias em carência económica só nos bairros sociais**.
- Agilizar o processo de transferência entre inquilinos nos bairros/habitações camarárias, garantindo que **as habitações não ficam vagas mais de 2 meses**, tempo dedicado às obras de conservação.
- **Reabilitar os ativos de habitação social** e os equipamentos de utilização coletiva que dão apoio às suas populações.
- Promover a **criação de oferta de habitação onde o mercado não chega, nomeadamente para os jovens e a classe média, em zonas centrais e de grande acessibilidade a transporte público**. Neste âmbito propõe-se, nomeadamente, **afetar os terrenos da antiga feira popular a esta vocação** e criar quotas mínimas para habitação para jovens/classe média na reabilitação dos edifícios da Colina de Santana promovida por privados, aquando da relocalização do centro hospitalar.

Saúde

- Criação de um **Banco de Medicamento** destinado a aliviar a fatura mensal das famílias mais necessitadas.
- **Contribuir para o reforço da rede de transporte de doentes**/pessoas com doenças crónicas às consultas e tratamentos, disponibilizando serviços gratuitos devidamente organizados.
- Trabalhar em parceria com o Governo no sentido de **encontrar as melhores soluções** ao nível de fornecimento, co-financiamento ou mesmo

gestão de infra-estruturas, nas áreas mais carenciadas destas respostas, **ao nível dos centros de saúde e de unidades de cuidados continuados**, de forma a garantir uma **saúde de proximidade**.

Educação

O trabalho autárquico deverá empenhar-se na **promoção do sucesso escolar**, criando mecanismos que apoiem os alunos no seu percurso académico disponibilizando os recursos necessários que respondam às necessidades de cada população concreta e apoiando projetos educativos.

A autarquia, trabalhando em parceria com estabelecimentos de ensino públicos ou privados, poderá favorecer o ensino a alunos que estejam em situações de risco colocando-os em projetos educativos mais estruturados e mais adequados à sua realidade e que garantam a prevenção ou saída de situações de insucesso ou de risco.

Aqui cabe também a **promoção do ensino profissional**, que deverá ser uma opção para os alunos que assim o pretendam e com garantias de comunicabilidade entre percursos. A **formação profissional** adequada poderá ser um garante da promoção do sucesso escolar, potenciando competências em alunos que noutro percurso teriam menor motivação e sucesso e permitindo, em última instância, um **aumento da empregabilidade**.

Juventude e Desporto

No domínio da cultura, os jovens devem ter acesso, a preços reduzidos, a todos os eventos culturais existentes na cidade realizados nos diferentes espaços do município. A promoção destes espaços em conjunto com a autarquia e os estabelecimentos de ensino poderão contribuir para uma mudança cultural significativa.

O desporto é também um dos aspetos fulcrais no desenvolvimento e na formação dos jovens. Por isso, **tornar acessível aos jovens a prática de desportos**, criar-lhes a possibilidade de assistirem, a preços reduzidos, a competições internacionais que lhes permitem despertar o gosto pela prática desportiva, podem ser medidas a implementar pela autarquia.

A CML deverá apostar, simultaneamente, na **envolvência e trabalho em rede com o associativismo local,** fomentando a partilha de conhecimento e recursos, em que o município terá um papel predominante na articulação e gestão de potencialidades e necessidades.

Para o efeito, importa **impulsionar o Conselho Municipal de Juventude**.

ECONOMIA, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

Empreendedorismo e Inovação

Lisboa é uma cidade de talentos. No decurso da próxima década é essencial criar emprego. Vamos posicionar Lisboa como base para *startups* internacionais.
Propomos a adoção das melhores práticas para promoção do empreendedorismo, enquanto impulso galvanizador dos talentos da cidade, nomeadamente:

- Adaptar os procedimentos de qualificação de fornecedores, para o caso específico das *startups*;
- Fortalecer a ligação à Universidade;
- Criar uma base de dados para apoio ao investidor;
- Tornar Lisboa numa referência mundial ao nível do empreendedorismo associado à Economia Azul.

Economia Azul

Lisboa sem o Tejo e a proximidade ao mar não seria seguramente a mesma cidade. É o Tejo e o seu estuário que a definem: de um lado o mar da palha, do outro o oceano aberto. Acreditamos que num mundo global e altamente competitivo é também nos fatores identitários, geográficos e históricos, que podemos ancorar uma diferenciação competitiva para os nossos territórios.
Lisboa cidade e a grande região de Lisboa podem ambicionar liderar na economia azul, a economia sustentável do mar.
Queremos posicionar Lisboa como a **capital global do oceano**.
Criaremos um **Gabinete para a Economia Azul**, com enquadramento organizativo que assegure visibilidade e impacto no *cluster*, e com fácil articulação com os principais *stakeholders* da Economia Azul. Este Gabinete deverá agregar todos os processos, recursos e sistemas que existam na CML sobre os sectores da Economia Azul.
Entendemos também que **o desenvolvimento do *cluster* da Economia Azul em Lisboa deve abranger toda a cadeia de valor** e considerar os seguintes sectores de atividade:

- Planeamento e Ordenamento.
- Conhecimento Fundamental e Inovação Aplicada;
- Empreendedorismo;
- Turismo;
- Serviços Náuticos;

- Ambiente e Energia;
- Educação e Desporto;
- Posicionamento Internacional.

Desenvolveremos na Doca de Pedrouços (ou noutro local adequado), uma verdadeira "**cidade do mar**", criando condições para aí reunir empresas (*start-ups* ou empresas mais desenvolvidas) nas várias áreas da economia do mar, bem como associações, conhecimento e inovação nestas áreas. Será também um polo de captação de talento e de projetos estrangeiros inovadores.

Turismo

Lisboa tem conhecido nos últimos anos uma crescente procura pelos turistas que estão a transformar a vivência da cidade, hoje mais sofisticada e mais cosmopolita, aliás em linha com uma população residente mais viajada e com mais mundo. Esta forma de abertura ao mundo deve ser aproveitada como oportunidade de desenvolvimento harmonioso da cidade.

Lisboa não deve ser confrontada com a escolha entre habitantes e turistas. Todos são bem-vindos na cidade. Lisboa precisa do turismo tal como precisa de todas as outras atividades e utilizadores essenciais para o dinamismo de uma cidade. Mas se há coisa que o crescimento sustentado do turismo tem evidenciado é a necessidade de **compatibilizar as necessidades de quem vive em Lisboa com as necessidades de quem visita Lisboa**.

Se na nossa visão não há turistas a mais, há muita gestão urbana a menos e uma grande omissão por parte da CML em áreas diretamente afetadas pelo turismo, como a higiene urbana, a mobilidade ou a habitação. As receitas arrecadadas pela taxa turística devem, em estreito diálogo com o setor, na primeira linha das respostas a esta necessidade de mais gestão.

Connosco:

- será revertida a opção política de ignorar as necessidades dos lisboetas e da cidade nos projetos financiados com a taxa turística;
- as verbas destinadas à sustentabilidade do turismo serão dirigidas à compatibilização entre a infraestrutura urbana e a atividade turística, em vez de ser dada prioridade a investimentos destinados a atrair mais turistas, para localizações na cidade onde o interesse turístico já é abundante e onde há uma tensão clara entre residentes e visitantes, precisamente porque a Câmara se demitiu de gerir ativamente esta relação, como lhe competia.

Comércio

Um bom planeamento do comércio, e um diálogo estreito e constante com os representantes deste setor, é essencial para termos uma cidade de ruas atrativas, vivas, animadas e diferenciadas. Defendemos, nomeadamente:

- a elaboração de um **Plano de Ordenamento Comercial**, criando regras justas e claras de âmbito municipal e articuladas com as Juntas de Freguesia;
- a definição concreta do uso de cada um dos 26 mercados existentes na cidade;
- a **recuperação de artes, ofícios e comércio tradicionais na zona da Baixa Lisboeta**, através da criação do Mercado dos Ofícios (tradicionais);
- a criação de parcerias com a Escola de Comércio de Lisboa **para promover e formar os comerciantes locais**;
- a criação do **"Galardão Municipal do Mérito Empresarial"**, como instrumento de incentivo e qualificação do tecido empresarial;
- a **"vídeo-proteção" e o policiamento de proximidade**, através do estabelecimento de acordos com associações de comerciantes locais.

Administração Local

Queremos posicionar Lisboa como uma cidade onde é fácil constituir e desenvolver atividade económica e onde é fácil os munícipes relacionarem-se com as entidades municipais. Vamos fazer da CML um fator crítico para o bom desenvolvimento económico e isso também passa por termos processos e atuação clara e transparente. Hoje a CML ocupa, lamentavelmente, a 137.ª posição no Índice de Transparência Municipal. Vamos trabalhar para a colocar no **top 10 no Índice de Transparência Municipal** e fazer de Lisboa um exemplo de gestão pública eficiente e transparente.

No domínio da Eficiência e Eficácia Operacional vamos:

- **Reduzir o nível de encargos com FSEs** (Fornecimentos e Serviços Externos) através de *insourcing* (internalização de funções atualmente em *outsourcing*) e da reconversão dos quadros operacionais da CML;
- **Promover uma maior transparência nos fundos transferidos da CML para as Juntas de Freguesia**, através da criação e divulgação da figura do "gestor contratual";
- Criar e rotinar processos digitais no relacionamento entre a autarquia e os munícipes, permitindo **reduzir custos e resolver as necessidades dos cidadãos**.

Em matéria de Simplificação e Equidade Fiscal vamos:

- Mitigar o crescimento dos encargos para as PMEs e comércio local residentes no concelho de Lisboa, agilizando a carga tributária e garantindo a celeridade nos processos de licenciamento de atividades económicas;
- **Reduzir, até 2022, 50% dos regulamentos municipais, e criar um Código Regulamentar**;
- Lançar em paralelo um verdadeiro "**simplex fiscal**", que permita simplificar, eliminar e fundir taxas;
- **Eliminar a taxa de proteção civil**, que consideramos inoportuna e ilegal.

No âmbito do Reforço do investimento, vamos:

- **Promover a localização de novas empresas no concelho** (p.e. *start-ups*) que assegurem novos postos de trabalho e a melhoria das infraestruturas da cidade;
- Incentivar a concentração de serviços da autarquia visando a **libertação de espaços que possam ser utilizados por outros agentes económicos** (p.e. espaços disponíveis para *start-ups* com rendas acessíveis).
- **Desenhar políticas fiscais de longo-prazo** que incentivem o investimento na cidade pelos privados, em áreas em que Lisboa se deve afirmar internacionalmente, nomeadamente: economia azul; eficiência energética e hídrica; mobilidade sustentável; bioengenharia aplicada à saúde.

CULTURA

Projetamos Lisboa como uma cidade fervilhante de cultura a todos os níveis. Uma cidade que preserva a sua raiz identitária de ondas de migrações de todo o país e acarinha a cultura popular ao mesmo tempo que preserva património e se afirma como polo de criação cultural aberto ao mundo.
No domínio da preservação da Cultura Popular, Património e Criação Cultural propomos a constituição do Conselho Municipal de Cultura e a Criação da Casa das Tradições.

Na Música e Artes do Espetáculo vamos:

- Valorizar e promover **as Orquestras Metropolitana e Sinfónica**, para efeitos de posicionamento internacional da cidade na área da música clássica**, promovendo a presença de músicos de renome internacional nestas orquestras em benefício do capital cultural da cidade**;
- **Dinamizar e patrocinar concertos de jovens instrumentistas portugueses** (em formato a solo e em música de câmara);
- **Expandir o projeto "Orquestra Geração"** para mais bairros e escolas do concelho de Lisboa;
- Envolver as escolas superiores da cidade, como o Instituto Politécnico de Lisboa, na programação cultural da cidade promovida pela EGEAC.

Como forma de apostar no Posicionamento internacional de Lisboa iremos:

- Atribuir uma **Bolsa Internacional para Artistas** que pretendam desenvolver a sua performance em Lisboa, em paralelo com uma bolsa para nacionais;
- Criar um **prémio internacional para jovens artistas estrangeiros** residentes em Lisboa em paralelo com um prémio para residentes nacionais.

SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS

Lisboa é uma das cidades mais seguras do mundo e no entanto muitos residentes apontam a segurança como preocupação relevante. É preciso trabalhar para dissipar o sentimento de insegurança de uma parte da população, que afeta a liberdade das pessoas, em particular dos mais idosos, porque não basta a cidade ser objetivamente segura na generalidade das suas zonas, é preciso que seja percecionada como segura pelos seus habitantes e visitantes.

No combate à criminalidade vamos:

- **Assumir a vídeo-proteção** como sistema fundamental de segurança da cidade.
- **Intensificar o policiamento em zonas de diversão noturna**, onde a criminalidade é frequentemente mais intensa;
- **Reforçar o policiamento de bairro e de proximidade**, garantido o combate a pequenos delitos e acompanhamento de casos de isolamento de idosos, bem como equipas especializadas em zonas críticas da cidade.

Para prevenção de ataques terroristas iremos:

- Analisar a exequibilidade da utilização de **balizadores de proteção** (*anti-ramming*), a proteção mais óbvia contra ataques por veículo pesado;

- Promover que as forças policiais (incluindo a Polícia Municipal) **cooperem na construção de uma base de dados de potenciais autores deste tipo de ataque**, devendo existir uma **plataforma dedicada a alertas providenciados pelos cidadãos**.

Na área da Proteção civil vamos:

- Assegurar **equipamentos adequados** para os **Bombeiros Profissionais (Sapadores) e Amadores (Voluntários)**, designadamente no dispositivo de Emergência de Combate ao Incêndio;
- Apostar em campanhas de informação e sensibilização sobre fenómenos naturais, com especial incidência em terramotos, cheias e maremotos;
- **Reforçar a fiscalização do cumprimento da regulamentação antissísmica** na construção e na reabilitação urbana;
- Criar um **sistema de contato fácil com os munícipes** e visitantes da cidade para alertas de ordem diversa em tempo real, desde alterações pontuais de trânsito, a indicações em situações de catástrofes.

PROGRAMA

1. MOBILIDADE E SUSTENTABILIDADE URBANAS

1. Mobilidade e Sustentabilidade Urbanas

Numa época em que o tema da sustentabilidade é obrigatório na política de cidades, é crucial que Lisboa alie a sua atratividade a uma condição de cidade eficiente e amiga do ambiente.

Dentro desta agenda, a mobilidade ocupa um lugar de topo. Em Lisboa, por razões adicionais, o tema da mobilidade – dos transportes públicos ao trânsito e à dificuldade de estacionamento - é porventura o que mais preocupa os lisboetas.

VIAGENS DIÁRIAS DENTRO DA CIDADE

As questões da eficiência dos recursos, sejam eles energia, água ou mesmo o próprio edificado existente, que sugere uma prioridade tendencial para a reabilitação, são centrais numa cidade que ambiciona trabalhar para ser um exemplo mundial de cidade verde.

Numa região do globo tão exposta às alterações climáticas como a Península Ibérica, a ligação de todos estes temas a um plano municipal de adaptação às alterações climáticas é determinante do desenvolvimento de uma cidade mais segura e mais resiliente.

I. Mobilidade

NÚMERO DE AUTOMÓVEIS

Enquadramento

A mobilidade urbana não se resume à função de transporte de pessoas. A mobilidade consubstancia um fator determinante na qualidade de vida dos cidadãos e na saúde das cidades.

A mobilidade representa cerca de 1/3 do consumo energético urbano e das consequentes emissões de CO_2. O planeamento dos transportes em Lisboa deve ser desenvolvido, por isso, tendo em vista o trinómio "mobilidade-energia-ambiente".

Não existe uma receita genérica para a construção de uma cidade sustentável, já que esta depende de características morfológicas, climatéricas, arquitetónicas e económicas. Por exemplo, a densidade urbana e as emissões de CO_2 do sector dos transportes tendem a apresentar uma correlação inversa: quanto menor a densidade urbana, mais elevadas serão as emissões de CO_2. Desta forma, uma cidade compacta será energeticamente mais eficiente, resultando de uma mobilidade mais sustentável (menos quilómetros percorridos). Um correto ordenamento e planeamento urbano estão, pois, no centro da equação.

De acordo com os censos, em 2011 viviam em Lisboa cerca de 550 mil pessoas. Hoje é provável que sejam menos (os dados da Pordata apontam para 507 mil) e existe um parque automóvel de 160 mil veículos, o que resulta numa taxa de motorização aceitável.

No entanto, de acordo com dados da Câmara Municipal de Lisboa (CML), o automóvel lidera destacadamente a opção de transporte dos Lisboetas (cerca de metade da população utiliza este modo rodoviário), o que contribuiu para que Lisboa se tenha tornado na cidade mais congestionada da Península Ibérica (Índice de Tráfego Global Anual da TomTom).

Os Lisboetas perdem, em média, 40 minutos por dia no trânsito (o que representa 36% de tempo superior ao apropriado). Apesar das inúmeras declarações de intenção de sucessivos executivos camarários, o que é facto é que o transporte rodoviário individual (especificamente o automóvel) tem vindo a ganhar quota de utilização ao transporte coletivo.

O automóvel privado aumenta a sua predominância durante as horas de vazio (reduzida procura e oferta de transporte coletivo), enquanto o autocarro e o metro apresentam uma taxa de utilização estável (20%) durante o dia, com a exceção do período em que não oferecem serviços (durante a madrugada) e que, com efeito, são substituídos pelo táxi.

TAXA OCUPAÇÃO MÉDIA AUTOCARRO

16%

TAXA DE UTILIZAÇÃO METRO E CARRIS

20%

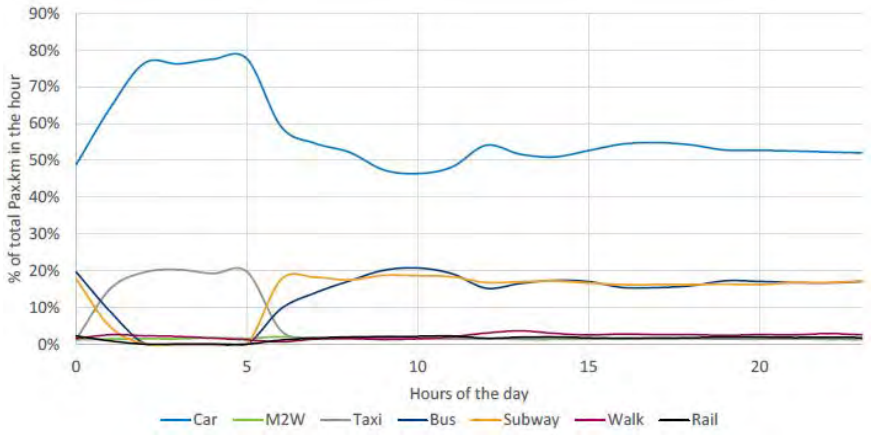


FIG. 1: TAXA DE OCUPAÇÃO DOS DIFERENTES MODOS DE TRANSPORTE EM LISBOA (OCDE)

A taxa de ocupação média (diária) do modo rodoviário é bastante reduzida: 1,2 passageiros por automóvel e 16,2% de ocupação para o autocarro. De acordo com dados da OCDE, este perfil atual de mobilidade em Lisboa gera um excessivo consumo de energia e de emissões de CO2. A predominância do automóvel conduz a um ciclo não virtuoso: o uso excessivo do automóvel conduz a uma utilização

REDUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE VIAGEM

10
min/dia

insuficiente do transporte coletivo o que, por sua vez, redunda numa oferta com baixa frequência e tempos de viagem longos.

A utilização massiva do automóvel é ainda mais pungente, quando se analisa o fluxo diário bidirecional de veículos (para dentro e fora de Lisboa). Considerando as principais vias de comunicação rodoviária na área metropolitana de Lisboa (incluindo as duas pontes sobre o rio Tejo), a cidade em 2015 observava um fluxo diário superior a 711 mil veículos o que equivale a cerca de 360 mil automóveis todos os dias a entrar na cidade.

Perante esta prevalência do modo rodoviário individual, António Costa, em 2014, prometia "reinventar o sistema de transportes da Lisboa, garantindo que qualquer pessoa se possa deslocar em pelo menos 2 modos alternativos, de qualquer lugar para qualquer lugar, com liberdade, segurança, conforto, rapidez, de forma sustentável e energeticamente eficiente, sem depender de viatura própria". Hoje, volvidos 3 anos e com Fernando Medina como Presidente da autarquia, nenhum dos supracitados objetivos foi atingido. O desempenho dos transportes de Lisboa (i.e. Carris e Metro) degradou-se, tanto ao nível da segurança (ativos envelhecidos e sem peças de reserva), como da quantidade e qualidade da oferta (frota em fim de vida útil e a necessitar de um plano de modernização). Para além do desempenho destes serviços, o desígnio de António Costa falhou, particularmente, no que diz respeito à liberdade de cada pessoa poder deslocar-se com rapidez, em Lisboa, sem ter de utilizar viatura própria.

FLUXO DIÁRIO (ENTRADA/SAÍDA)

711
mil

Note-se que a opção dos cidadãos pelo automóvel não revela insensibilidade ambiental. Hoje, ainda há milhares de Lisboetas que não têm sequer a possibilidade de se deslocar para o trabalho através de um sistema intermodal de transportes coletivos, de forma rápida e confortável.

Acresce que os atuais sistemas de bilhética e de informação ao público nos transportes na cidade de Lisboa não contribuem para a sua utilização, desmobilizando e confundindo os seus utilizadores, nomeadamente os esporádicos, que em Lisboa são potencialmente cada vez mais relevantes. O Centro de Controlo Operacional da Carris está obsoleto e a informação em tempo real sofreu uma elevada degradação de qualidade e fiabilidade.

Visão e Prioridades de Ação Política

As autoridades públicas, como a Câmara Municipal de Lisboa, devem orientar o desenvolvimento da mobilidade urbana, antecipando o aparecimento de novos serviços (como a mobilidade partilhada) e aproveitando os benefícios das tecnologias de informação e comunicação. Uma estratégia para a mobilidade urbana tem de responder à dinâmica da procura, à intermodalidade da oferta

(baseada em tecnologias de reduzida intensidade carbónica) e à combinação destas, de forma a promover um serviço de mobilidade com elevada qualidade.

A metodologia para a elaboração do nosso plano de mobilidade baseou-se no estado da arte de sistemas de transportes, em estudos de *benchmark* e na adaptação de casos de sucesso. O nosso plano de mobilidade está assente na persecução de **6 metas globais a cumprir até 2030**:

- **redução do tempo médio de viagem casa-trabalho-casa em 10 minutos por dia** (cerca de dois dias por ano de incremento da qualidade de vida) e redução do tempo médio de viagem nas horas de ponta, **nos circuitos mais congestionados, em 25 minutos**.
- **transição do uso do automóvel para transportes coletivos** de 40%.
- **aumento da taxa de ocupação dos veículos em 10%**, nas horas de ponta.
- aumento da atratividade dos serviços de transporte coletivo (inversão da ordem de mérito face ao veículo privado), incluindo um **incremento de 15% na sua velocidade média**.
- **redução dos atrasos nos transportes coletivos** em 40%.
- **redução das emissões de CO_2** associadas à mobilidade em 30%.

Este plano beneficiará da aposta nas tecnologias de informação e comunicação, e de um conjunto de medidas interligadas (apresentadas de seguida).

TRANSIÇÃO DO AUTOMÓVEL PARA TRANSPORTE COLETIVO

40%

REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CO_2

30%

EMPREGO CRIADO POR ANO (Nº)

2000

a) Plano de desenvolvimento do Metro

Do estudo desenvolvido sobre o sistema de transportes em Lisboa resultou claro, que a mudança estrutural de paradigma de uso de automóvel individual só será alcançada com uma aposta inequívoca no desenvolvimento da rede de Metro de Lisboa, numa solução à escala metropolitana. O metro deve ser a coluna vertebral dos transportes em Lisboa.

O presente plano assume como **cenário base**, o "Plano de Desenvolvimento Operacional de Rede" apresentado pelo Ministério do Ambiente e da Mobilidade, no qual se perspetiva a construção, até 2022, das estações da Estrela e de Santos, para interligação das estações do Rato e do Cais do Sodré, sem prejuízo de esta escolha dever merecer melhor debate.

Consideramos que o planeamento da expansão do metro deve **fechar a malha no centro da cidade**, mas não se pode ficar por aí, sob pena de não ter o efeito de dissuasão de automóveis para dentro de Lisboa. Diariamente, Lisboa assiste a um fluxo de 125 mil veículos através do IC19, 129 mil veículos a partir da A5 e 90 mil veículos via A1. Estas vias de comunicação

NOVAS ESTAÇÕES DO METRO 2018-25

13

NOVAS ESTAÇÕES DO METRO ENTRE 2025-30

7

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DE PASSAGEIROS DO METRO ATÉ 2030

4%

NÚMERO DE PASSAGEIROS DO METRO ATÉ 2030

230
milhões/ano

são a principal causa do congestionamento rodoviário de Lisboa. Ainda assim, deve ser considerado igualmente o fluxo rodoviário que advém da Ponte Vasco da Gama (54 mil veíc/dia), do IC16 (54 mil veíc/dia), da A8 (49 mil veíc/dia), do IC2 (31 mil veíc/dia), do IC22 (19 mil veíc/dia) e da EN6 (24 mil veíc/dia). Estas vias de comunicação totalizam (com a inclusão da Ponte 25 de Abril) um fluxo superior a 711 mil veíc/dia.

Propomos por isso a expansão do metro (ou serviço tecnológico com experiência de utilização equivalente) **até zonas de Lisboa sem alternativas eficientes de transporte coletivo e com elevado fluxo diário de automóveis**. Com efeito, o metro deverá crescer até às vias com mais elevado fluxo diário de automóveis e sem alternativa de transporte coletivo competitiva.

2018-2025

- Em termos de prioridades de ação **propomos, por isso, a construção de uma estação de metro na zona limítrofe do concelho de Oeiras com Lisboa (nomeadamente Algés)**, escoando os passageiros (atuais utilizadores da A5 e EN6) para o centro da cidade **através da expansão da linha vermelha**. Este circuito, entre Algés e S. Sebastião, incluirá a **construção das estações de Campolide** (tornando-a num *hub* intermodalidade, ligando o metro ao eixo ferroviário Norte/Sul)**, Amoreiras, Campo de Ourique, Alcântara-Terra, Santo Amaro, Ajuda e Belém**.
- No que diz respeito ao fluxo de automóveis com origem no IC19 e IC16, deverá ser empreendida a **expansão da linha verde, para ligar a estação de Telheiras à estação da Pontinha** (incluindo as estações de Fernando Namora, Senhora da Luz e Padre Cruz), **e a derivação da linha azul até à estação de Benfica** (passando pela estação do Uruguai).
- Por outro lado, **deve ser realizado o fecho do circuito Ocidente-Oriente, através do desenvolvimento da linha vermelha, de forma a interligar a estação do Aeroporto à estação do Campo Grande**.
- **Nestes pontos de elevado fluxo de entrada de automóveis em Lisboa (Benfica, Algés/Belém e Oriente/Moscavide), deverão ser desenvolvidos parques de estacionamento com capacidade suficiente para promover o serviço "*park & ride*"** (estacionamento e transporte coletivo). Desta forma prevê-se uma redução considerável do congestionamento na 2ª circular e nas vias principais da cidade, associada a uma oferta mais ampla e intermodal dos transportes coletivos.

2026-2030

- Numa fase posterior, **a linha vermelha deverá extender-se** (a partir de Campo de Ourique) **até à estação do Alvito, passando pela estação dos Prazeres**.
- No que diz respeito à extensão da linha amarela a partir da estação de Odivelas, propomos a construção de **estações em S. António Cavaleiros, Frielas e Loures**.
- Finalmente, advogamos a **prossecução da expansão da linha para Oriente, ligando a estação de Moscavide à Portela e esta última a Sacavém**.

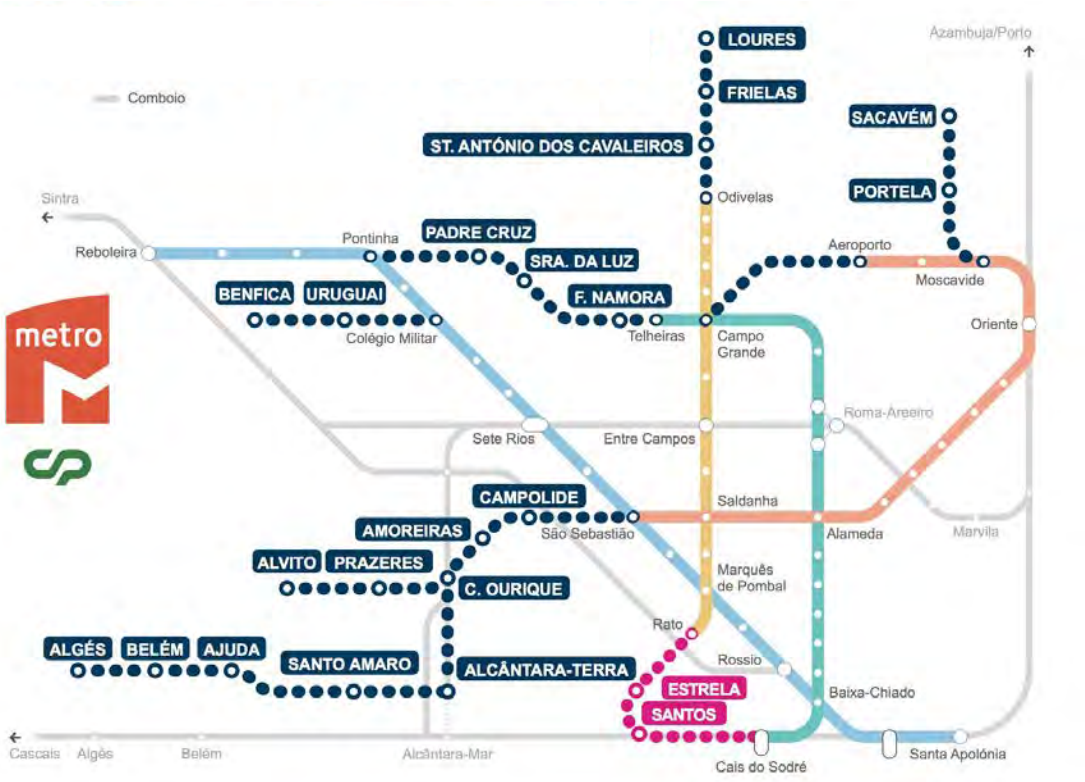


FIG. 2: DIAGRAMA DE REDE RESULTANTE DO PLANO DE EXPANSÃO DO METRO ATÉ 2030

Sustentabilidade da Expansão do Metro

- O presente plano de expansão do metro deverá ser desenvolvido assegurando a sustentabilidade financeira da empresa. Com efeito, definimos três alavancas para o sucesso deste plano:
  - **a.** Aumento das receitas da empresa, sustentadas no crescimento da procura (4% de taxa crescimento médio anual);
  - **b.** Eficiência operacional (2,5%/ano de otimização dos custos de operação e manutenção);

c. Acesso a programas comunitários para comparticipação de investimentos em mobilidade sustentável, tendo em conta a ambição ambiental deste plano e o seu alinhamento com a agenda da Comissão Europeia para o Clima e Energia, Inovação e *Smart Cities*.

- Com esta abordagem de gestão, a empresa consegue atingir um resultado líquido positivo anualmente.

b) Modernização da Carris

Se o metro é a nossa coluna vertebral, a Carris deve assegurar a capilaridade do transporte coletivo em estreita articulação com o metro e com o uso dos demais meios de transporte. Tal passa pela modernização da frota e dos serviços da Carris e por uma gestão mais inteligente nos termos das seguintes propostas.

- Reestruturação total do Centro de Controlo Operacional da Carris, criando um **Centro de Operação e Controlo de Transportes Coletivos em Tempo Real**, de forma a adequar a oferta (frequência e capacidade de transporte) à procura (os autocarros têm uma taxa de ocupação média de 16,2%).
- Como consequência, apostar na informação ao cliente, garantindo que qualquer pessoa que pretenda utilizar a Carris, em todas as paragens da cidade, tenha a acesso a informação em tempo real, através de:
    a. prestação de informação fiável e realista acerca dos tempos de espera de cada carreira nos painéis já existentes;
    b. criação de uma aplicação para *smartphones* que forneça informação em tempo real sobre a localização e tempo de espera dos veículos;
    c. para os passageiros sem acesso a *smartphones*, propõe-se recuperar o sistema de informação por sms, fornecendo informação fiável.
- Investimento na **diversificação e descarbonização da frota da Carris**, tanto quanto à sua capacidade de transporte, como ao nível do tipo de serviço, **através da introdução de autocarros elétricos com faixa exclusiva e com "experiência de viagem" semelhante ao Elétrico**.
- Plano de investimento para a **modernização dos ativos da Carris**, tornando os autocarros e os elétricos mais seguros e confortáveis, e com idades inferiores à vida útil esperada.
- Análise de viabilidade económica para a **criação de uma linha de elétrico rápido na 1ª Circular** (com início no ponto intermodal de Alcântara, até à Praça de Espanha).

- **Modernização do sistema de bilhética dos transportes**, de forma a reduzir os tempos de pagamento e embarque, com um esforço particular na prestação de informação clara e simples para o utilizador português e estrangeiro.

c) Gestão Otimizada do Tráfego

A comparação internacional do nosso sistema de gestão de tráfego não revela bons resultados, pelo contrário. O sistema "Gertrudes" está obsoleto e não é usado em nenhuma cidade de referência neste domínio e há uma multiplicidade de opções que devem ser tomadas de forma a diluir e direcionar o trânsito. Melhorar o trânsito em Lisboa tem também de passar, inexoravelmente, por sofisticar estes domínios de acordo com as propostas seguintes.

- Gestão do tráfego através de um **sistema de semáforos inteligente** (variável ao longo do dia e em função do congestionamento das vias).
- **Redução do preço** dos transportes coletivos **nas horas de reduzida procura**.
- **Apresentação de informação multimodal** *in situ* e via web, sobre a localização e hora de chegada de diferentes opções de transporte coletivo.
- **Apresentação de informação sobre incidentes e acidentes** (nas principais vias de comunicação), e proposta de alternativas de circulação rodoviária.
- **Alargamento do número de circuitos** com faixas exclusivas para **transportes coletivos**.
- Criação de **faixas *bus* de elevada velocidade.**
- **Alargamento dos serviços de transportes coletivos porta-a-porta** (*mini-bus*) para todas as freguesias de Lisboa.
- **Alargamento da rede de transporte escolar pendular gratuito**, com circuitos pré-definidos e veículos próprios, para todas as escolas EB1 do concelho.
- **Criação de zonas *kiss&school* junto aos estabelecimentos de ensino**, garantindo fluidez e segurança na circulação viária.
- **Definição de Corredor Multiusos, *i.e.* utilização de determinadas faixas *bus* por parte de veículos privados que transportem pelo menos 2 passageiros adultos** (i.e. pelo menos 3 pessoas por automóvel), de forma a incrementar o conceito de veículos partilhados (*car-sharing* e *car-pooling)* e a descarbonização do modo rodoviário.
- É preciso alterar a mentalidade do atual executivo, que trata as motos como o parente pobre da mobilidade na capital, e criar verdadeiras políticas para o incentivo da utilização dos motociclos, assentes em dois eixos principais: um de diagnóstico, que identifique de forma clara os obstáculos que se

colocam a quem pretende circular de moto na cidade e os elimine no mais curto prazo de tempo, e um outro assente em incentivos à aquisição e circulação dos motociclos.

Propomos que sejam substancialmente alargados os lugares de estacionamento na cidade para motos, seja nos parques da EMEL seja em outras zonas de estacionamento. Defendemos, à semelhança do que existe por esse mundo fora, que as zonas de estacionamento devem assegurar equipamentos que permitam prender a moto em cada lugar disponível. Há várias soluções para isso, já testadas. O número de lugares será variável de acordo com os locais nas diferentes freguesias, tendo em conta as características demográficas.

Simultaneamente, vamos criar apoios para a aquisição de motociclos até 125 cc. e dialogar com as entidades competentes para aumentar o desconto dos motociclos que circulem com Via Verde.

- **Aumento da oferta e competitividade do serviço combinado "estacionamento na periferia & transporte coletivo"** (assinatura mensal integrada para estacionamento e utilização de transporte coletivo).
- Interação e interligação entre **os transportes coletivos e os modos suaves,** permitindo, por exemplo, **o acesso gratuito ao sistema público de bicicletas por parte dos possuidores de passe de transportes públicos.**

d) Política de Estacionamento – "Lisboa Parque"

Os residentes na cidade devem sentir que são queridos, acarinhados e acolhidos em Lisboa, na cidade onde nasceram ou escolheram viver e fazer a sua vida. Em Lisboa pagam os seus impostos e, no balanço entre vantagens e desvantagens de viver na capital, tem de resultar claro que é bom e vantajoso viver em Lisboa. Se assim não for, Lisboa continuará a perder residentes permanentes e a não ser capaz de atrair novas gerações. A EMEL, empresa municipal que gere o estacionamento e a mobilidade na cidade, não pode ser considerada – como é hoje – o inimigo número 1 dos lisboetas. Vamos mudar esse paradigma e trabalhar para criar mais estacionamento para residentes e com melhores condições.

- O Dístico de Residente vai incluir a **isenção de pagamento de estacionamento não apenas na zona de residência, mas também numa outra zona à escolha do cidadão** (por exemplo, zona do local de trabalho). Esta medida é fundamental durante o período, que consideramos

transitório, durante o qual ainda não existe a níveis desejáveis um sistema intermodal de transportes coletivos que os lisboetas possam usar.

- O Dístico de Residente irá oferecer **gratuitidade nos primeiros 20 minutos de estacionamento (por dia), em qualquer zona da cidade, e 50% de desconto nos restantes períodos em todas as tarifas EMEL**.
- Aumentaremos **a oferta de lugares** de estacionamento para **automóveis**, **motociclos e bicicletas**, nomeadamente com recurso a silo-autos.

e) Conselho Municipal para a Mobilidade Urbana

- Criação de um Conselho Municipal para a Mobilidade na Cidade de Lisboa, na dependência do Vereador com o Pelouro da Mobilidade, de carácter consultivo obrigatório, envolvendo as várias associações representativas de peões, ciclistas e automobilistas as Juntas de Freguesia, autoridades e serviços de emergência, empresas de transportes colectivo, associações de pessoas com deficiência, entre outras;

  Este Conselho Municipal, de consulta obrigatória, terá meios e competências para se pronunciar sobre as políticas municipais de mobilidade, designadamente nos projetos estruturantes para a Cidade, sendo ainda estabelecido um plano de monitorização e auditoria regular das condições de segurança e de conservação das vias pedonais, rodoviárias e cicláveis, a realizar por entidade independente.

  A mobilidade urbana em Lisboa, nas suas várias formas, não é um luxo mas, antes uma necessidade e um direito dos cidadãos, que apresenta hoje diversos problemas que vão desde as enormes dificuldades sentidas pelos peões face a bicicletas e automóveis, às longas filas de trânsito e falta de estacionamento para todos os que se deslocam para o trabalho ou sentem necessidade de, por exemplo levar os seus filhos à escola, passando pelas ciclovias sem manutenção ou com erros estruturais que colocam em sério risco os seus utilizadores.

  A estes fatores, que criam enormes dificuldades a quem vive ou trabalha em Lisboa, ou até a quem a visita, acresce o facto de também os utilizadores de transportes públicos não encontrarem nestes uma alternativa eficaz e de confiança, sendo este um pilar fundamental de uma Cidade moderna e amiga do ambiente;

A política de mobilidade na Cidade de Lisboa, pela importância de que se reveste na vida de todos quantos utilizam a cidade, não pode ser decidida em gabinetes impondo um modelo de mobilidade, que parece não satisfazer verdadeiramente ninguém e as propostas da Câmara devem ser apresentadas e discutidas por todos os interessados, na tentativa de obter os indispensáveis consensos a uma boa e responsável fruição do espaço público;

A Câmara Municipal de Lisboa tem a obrigação e a responsabilidade de ouvir peões, ciclistas e automobilistas - que são, em última análise, beneficiários e vítimas das suas políticas - através das suas diversas associações representativas, garantindo a sua segurança e a qualidade das decisões e soluções a implementar, designadamente através de audições a especialistas e correções, sempre que estas se verifiquem necessárias.

II. SUSTENTABILIDADE URBANA

a) Ambiente e Energia

Enquadramento

O mundo assiste a um sincronismo ímpar de várias crises interdependentes. A evidência das causas e consequências das alterações climáticas merece um amplo consenso na comunidade científica. As fragilidades estruturais da economia global, demasiado exposta a fatores de risco como o preço do barril de petróleo, são motivo de alerta por diversas organizações. Por outro lado, não se antevê uma solução fácil para garantir a segurança alimentar – agudizada por um planeta com 9 mil milhões de pessoas para alimentar em 2050 –, nem para o défice de disponibilidade de água potável (previsto para 2030), que redunda em grande medida numa questão geoestratégica (basta pensar que o Iraque e a Síria dependem dos recursos hídricos da Turquia). Já no que diz respeito à crise dos refugiados, importa não perder de vista que mais de 21 milhões de pessoas em todo o mundo estão registadas pelo ACNUR. Coletivamente, estas crises obstaculizam o estabelecimento de uma tendência de crescimento global e intensificam problemas sociais como o elevado nível de desemprego, de insegurança e de instabilidade social.
Importa olhar também para os desafios ambientais primários, como a qualidade do ar, o abastecimento de água, a cadeia de valor dos resíduos e a higiene urbana.
Após análise do desempenho da cidade, inferimos o seguinte:

- Degradação dos serviços de higiene urbana (frota envelhecida, funcionários dedicados, mas que beneficiariam de mais qualificação, contentores degradados); e incumprimento parcial do plano de execução do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) 2020.
- Elevado potencial para medidas de eficiência energética nos serviços da CML e empresas municipais.
- Quanto aos recursos hídricos, durante as últimas décadas muito foi feito ao nível da infra-estruturação, formação técnica e saúde pública. Se há um século a motivação política estava associada à saúde pública, hoje o vetor orientador incide sobre a gestão eficiente e sustentável da água. A satisfatória evolução da qualidade do serviço de abastecimento de água não foi acompanhada pelo aumento da eficiência operacional, basta lembrar a ainda elevada percentagem de perdas técnicas e comerciais registadas no abastecimento de água.
- Preocupante qualidade do ar, manifesta sobretudo no recorrente incumprimento dos limites europeus de poluentes provenientes de tráfego na área central da cidade (Avenida da Liberdade).
- Insuficiente sistema de drenagem (os coletores da baixa foram construídos há mais de 200 anos, altura em que a ocupação da cidade era inferior à atual). Alguns coletores não apresentam capacidade hidráulica para satisfazer as atuais solicitações e têm de ser reforçados.
- No que respeita aos riscos de inundação, a situação tem tendência a agravar-se devido à crescente ocupação do território e ao efeito das alterações climáticas, nomeadamente no que respeita ao aumento do nível médio de água do mar e ao risco da ocorrência de eventos extremos de precipitação. Essas situações constituem desafios particularmente difíceis de resolver, especialmente em locais a jusante de grandes bacias hidrográficas (como é o caso das zonas baixas de Alcântara e de Chelas), com grande ocupação, em terrenos planos (sem disponibilidade gravítica para o escoamento) e próximos do estuário, com as redes de drenagem sujeitas, assim, às marés.
- Espaços verdes degradados e/ou subaproveitados (p.e. parque florestal de Monsanto, Jardim do Parque Eduardo VII, generalidade dos espaços verdes de enquadramento das principais vias de distribuição de tráfego).

Visão e Prioridades de Ação Política

A receita tradicional para o crescimento económico tem-se focado em critérios estritamente financeiros, ignorando o inestimável valor dos recursos naturais. O regresso ao *business-as-usual* prejudicará não só o capital natural, mas também

a economia. Vários estudos indicam que a criação de medidas concretas para uma Economia Verde, permitiria desenhar um novo modelo de desenvolvimento, aumentando a produtividade, descarbonizando a energia, catalisando negócios *CleanTech*, promovendo mercados inovadores e assumindo a eficiência de recursos como uma prioridade intersectorial.

Como nos tem ensinado a história, as crises apresentam tradicionalmente um conjunto de oportunidades. Nesse sentido, apesar de aparentemente desfasadas, as atuais crises podem gerar uma estratégica e bem-sucedida resposta simbiótica. É necessária uma política sintonizada com os desafios económicos e com as carências sociais e que ao mesmo tempo promova o crescimento limpo. O conceito de Desenvolvimento Sustentável preconiza não só o progresso económico, mas também a equidade social e a proteção ambiental. Estes três critérios constituem um "trilema", que implica complexas interligações entre os agentes públicos e privados, governos e reguladores, fatores económicos e sociais, recursos nacionais, preocupações ambientais e comportamentos individuais.

A resolução deste "trilema" exige também uma transformação económica através da inovação. De acordo com um recente relatório do *World Economic Forum*, a UE perde competitividade perante os EUA sobretudo na componente de Inovação, sendo que esse hiato é ainda mais evidente nos países do Sul da Europa. Esta desvantagem competitiva não é eminentemente tecnológica nem de infraestruturas, mas sim de enquadramento: formação académica pouco orientada para o empreendedorismo; incapacidade de transformar conhecimento em inovação (de produtos e processos); legislação laboral que não favorece a mobilização do talento; mercado único europeu ainda em construção.

Portugal, e Lisboa em particular, deve acelerar a aplicação do conhecimento fundamental, de base científica, nos processos da economia, promovendo por essa via a criação de novos produtos e serviços.

Não obstante a natureza global dos desafios do desenvolvimento sustentável, a sua resolução depende do sucesso da ação local. Pensar global e resolver local é uma grande chave para a leitura do nosso tempo.

Estima-se que mais de metade da população mundial vive nas cidades, sendo que a urbanização do mundo continuará a crescer nos próximos anos. Esta realidade é confirmada, também na UE, onde 70% da população vive nas cidades, prevendo-se que em 2030 esta percentagem suba para os 80%.

"…as cidades apresentam-se como consumidores intensivos de recursos naturais, representando atualmente 70% do consumo de energia primária total…"

Há, de facto, uma estreita ligação entre a urbanização e as atividades económicas, tendo em conta a convergência de recursos para as cidades (água, energia, alimentos, etc.). As cidades apresentam-se como consumidores intensivos de recursos naturais, representando atualmente 70% do consumo de energia primária total, subindo, espectavelmente, para 75% em 2030. Se por um lado as

cidades representam vibrantes polos culturais, científicos e sociais, por outro, a sua expansão origina desafios de sustentabilidade, sendo elementos cruciais na persecução das metas da UE para o Clima e Energia.

Torna-se então pertinente adotar o conceito de Cidade Inteligente, enquanto ecossistema dinâmico que conjuga a oferta e a procura de recursos de forma sustentável. A cidade sustentável não tem uma receita *one-size-fits-all*, dependendo de características morfológicas, climatéricas, arquitetónicas e económicas.

b) Água e Resíduos

No que diz respeito às políticas para o sector da água e resíduos, salientamos as seguintes prioridades de ação.

- Investir na **renovação da frota, privilegiando veículos a gás e elétricos, e na qualificação dos profissionais de higiene urbana**.
- Aumentar a reciclagem de Resíduos Urbanos e a recolha seletiva.
- Implementar a "caução-copo" enquanto medida de combate ao desperdício de plástico e à insalubridade.
- Criar condições e mecanismos para o desenvolvimento da Economia Circular, integrando os sectores do ambiente, da energia, da mobilidade e da indústria transformadora.
- **Rever o Plano Geral de Drenagem de Águas, através de soluções "leves" e combinadas com infraestruturas verdes**, e incorporando uma visão integrada para o ciclo urbano da água.
- Aposta clara na eficiência hídrica nas residências dos lisboetas e, em especial, nos serviços da CML. É fundamental fomentar o consumo inteligente de água: em Barcelona consomem-se diariamente 180 litros água/capita, em Milão 151 litros água/capita, em Bruxelas 160 litros água/capita, em Londres 154 litros água/capita, mas em Lisboa o consumo dispara para 324 litros água/capita (dados da *International Water Association*). A resposta a dar terá de passar pela criação de redes de água mais inteligentes, dando ao cidadão a informação necessária para adotar um consumo sustentável deste recurso. De acordo com a ANQIP, a instalação, nos edifícios, de equipamentos com melhor eficiência hídrica, pode resultar em poupanças de 45% no consumo de água.
- A água potável, própria para consumo humano é um recurso precioso e limitado, essencial para a sobrevivência das espécies e qualidade de vida. A sua gestão deve ser feita de uma forma eficiente, para não comprometer as gerações futuras. Os cidadãos começam a ter consciência desta

"Defendemos uma aposta clara na eficiência hídrica nas residências dos lisboetas e, em especial, nos serviços da CML. "

"...a instalação, nos edifícios, de equipamentos com melhor eficiência hídrica, pode resultar em poupanças de 45% no consumo de água. "

situação, alterando comportamentos e procurando equipamentos mais eficientes no uso da água. A CML deverá seguir este exemplo, sensibilizando e reduzindo o consumo de água potável. Por outro lado, a água potável é muitas vezes utilizada para usos que poderiam ser satisfeitos por água de qualidade inferior, designadamente a rega de espaços verdes; lavagem de espaços exteriores e veículos; descarga em sanitas; lavagem de loiça e roupa à máquina. A CML criará incentivos para que toda a água potável utilizada, especialmente nos seus serviços, seja reciclada e reutilizada para fins que não necessitem de água potável, poupando este recurso.

- Portugal é um país com elevada hidraulicidade (i.e. chuva). Também as águas das chuvas, que caem nas coberturas dos edifícios e, com o devido tratamento, podem ser utilizadas para fins não potáveis. O mercado tem funcionado e já existem em Portugal diversas tecnologias inovadoras, desenvolvidas para poupança de água e para a reciclagem de águas cinzentas e águas das chuvas, para usos que não carecem de água potável. A CML deve ser um exemplo, também nesta matéria e criar políticas de incentivo ao armazenamento de água dentro de uma estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas.

POUPANÇA COM A "BOLSA VERDE"

c) Clima, Energia e Eficiência de Recursos

No que diz respeito ao Clima, Energia e Eficiência de Recursos, propomos as seguintes iniciativas.

- **Criação de uma "Bolsa Verde", enquanto mecanismo de promoção da eficiência energética e hídrica.** A Bolsa Verde será de adesão voluntária (através de uma plataforma web) e irá basear-se numa lógica de bonificação das residências que reduziram o seu consumo de eletricidade, de gás natural e de água, face a uma meta. Acreditamos que uma meta de 10% de eficiência de recursos é atingível, através da alteração de comportamentos e padrões de consumo, sem ser necessário investir em novos equipamentos. Ou seja, no final de cada ano **as residências (famílias) que conseguirem atingir um consumo de energia (eletricidade e gás natural) e água inferior a 90% do registado no ano anterior (meta de 10% de eficiência de recursos) receberão um desconto de 5% sobre o conjunto de taxas aplicadas pela CML na fatura da água e saneamento**. A economia de recursos é clara. Para além de se reduzir a fatura de eletricidade, gás natural e água (através de alterações no

"...a CML deve assegurar que os lisboetas têm acesso aos seus perfis de consumo de eletricidade, gás natural e água, os quais devem ser disponibilizados pelos operadores das redes... "

perfil de consumo), as famílias terão uma redução de 5% das taxas aplicadas pela CML. **Para uma família com dois filhos, estima-se uma eficiência de recursos de cerca de 95€/ano a adicionar a cerca de 5€/ano de redução de cobrança das taxas aplicadas pela CML** na fatura da água e saneamento.

- Para que a Bolsa Verde seja exequível, a CML deve assegurar que os lisboetas têm acesso aos seus perfis de consumo de eletricidade, gás natural e água (seja através de contadores inteligentes, ou mesmo através dos atuais sistemas de medição), os quais devem ser disponibilizados pelos operadores das redes (EDP Distribuição, Lisboagás e EPAL).
- Medidas de mitigação das ilhas de calor (através da promoção de **sistemas de sombreamento baseado em árvores**, de preferência nativas e adaptadas ao clima lisboeta) e de poluição atmosférica (ver capítulo sobre a Mobilidade).
- Massificação da utilização de painéis solares para aquecimento de água e ar, e de soluções de autoconsumo de energia elétrica, em edifícios municipais.
- Investimento na **renovação e descarbonização da frota de veículos da CML**, através da aquisição de veículos ligeiros elétricos e híbridos.
- Integração da adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial.
- Adoção de medidas do programa de compras públicas ecológicas.
- **Adoção de "telhados verdes", de jardins verticais em fachadas e varandas e terraços de edifícios da CML**, e estimular a sua adoção por privados, uma vez que ajudam a drenagem, melhoram a cidade em termos paisagísticos e contribuem para a obtenção de ambientes mais confortáveis e ecológicos no interior dos edifícios, reduzindo os consumos energéticos e permitindo que os edifícios se adaptem ao meio ambiente envolvente.
- Valorizar e distinguir os estabelecimentos de hotelaria e restauração da cidade, que cumpram critérios de sustentabilidade ambiental e energética, através da **atribuição de um prémio de "Estabelecimento Verde"**.

"Valorizar e distinguir os estabelecimentos de hotelaria e restauração da cidade, que cumpram critérios de sustentabilidade ambiental e energética, através da atribuição de um prémio de "Estabelecimento Verde."

d) Espaço Público

O espaço público é o rosto da cidade, carrega uma parte importante da sua identidade, em Lisboa de uma forma muito particular, mas acima de tudo é

fator relevante na qualidade de vida seja de quem vive seja de quem visita a cidade e nela se desloca diariamente.

No que diz respeito à gestão do espaço público, propomos as seguintes iniciativas.

- **Cuidar e revitalizar Monsanto**, que continua aquém do seu potencial como espaço de bem-estar, desporto e lazer para os lisboetas.
- Devolver, aos lisboetas, zonas verdes relevantes, **revitalizando nomeadamente o Parque Eduardo VII**, tornando-o no parque verde que falta à cidade para momentos lúdico-recreativos.
- Devolver ao **Terreiro do Paço** as árvores que já teve, aumentando o conforto e a amenidade da praça com zonas de sombra, assegurando que as fachadas mantêm a sua imagem através da escolha de espécies de folha caduca e podadas.
- Promover a utilização de espaços verdes da cidade para *outdoor fitness*.
- Levantamento de todas a espécies existentes e plantação de novas espécies que não provoquem alergias nem danos materiais salvaguardando, sempre, a manutenção das espécies caracterizadoras da cidade.
- Adoção do compromisso de reforço da **plantação de mais árvores por cada árvore retirada ou abatida**.
- Aposta em plantas autóctones em vez das provenientes de outras latitudes e que não se adaptam ao nosso clima contribuindo, simultaneamente, para a redução de custos com manutenção e rega.
- Preferência por zonas verdes com plantas que dispensam uso intensivo de água.
- Promoção de sistemas de **captação das águas pluviais para rega**.
- **Criação de mais parques e zonas verdes de proximidade prioritariamente em zonas de carência**, apostando em particular em processos de participação pública ao nível do bairro que permitam a requalificação do espaço público com base em propostas e ideias da população local, potenciando a apropriação do espaço por parte das pessoas e uma maior vivência da vida comunitária no espaço público, que contribui também para maiores níveis de segurança.
- Resolução do problema da falta de rega das árvores jovens através da execução de um **plano eficaz de rega** nos anos seguintes à sua plantação para evitar a sua morte tão frequente.

- **Racionalização do uso da água** (na escolha das plantas, na conceção dos sistemas de rega, na utilização de água tratada pela ETAR de Alcântara).
- Incremento de **bebedouros públicos de água potável** em zonas de fruição ou de prática de desporto, como são nomeadamente os espaços à beira-rio.
- Dotação da Escola de Jardinagem dos meios humanos e materiais adequados para que a mesma volte a ser uma escola de excelência de formação dos jardineiros da Câmara Municipal de Lisboa.
- **Aposta na arte urbana** como forma de enriquecimento cultural do espaço público, integração de populações locais, preservação do espaço e combate ao vandalismo.
- Incremento das ações de remoção de tags, rabiscos e grafitis ilegais pela preservação do património público e privado.
- **Reconhecimento da importância dos logradouros permeáveis** enquanto parte integrante do sistema verde da Cidade, reforçando e executando as medidas de ordenamento do território que contribuam para o seu incremento e manutenção.
- Criação de métodos eficazes de **preservação e requalificação dos logradouros** designadamente através do estabelecimento de compromissos com os proprietários privados.
- Criação de um programa de **valorização da produção alimentar nos logradouros privados**, nomeadamente com inventariação das árvores de fruto, criando mercados e redes de distribuição de proximidade.
- Instalação de **sanitários públicos** em zonas de grande afluência turística e de animação noturna, priorizando as zonas históricas.
- Execução de um plano eficaz de **controlo da natalidade de pombos**.
- **Redefinição da estratégia das "Zonas 30", áreas residenciais com implementação de medidas de acalmia de tráfego que dão prioridade ao peão face ao automóvel**, envolvendo não somente intervenções em espaço público definidas unilateralmente – como tem vindo a ser desencadeado pela CML (p.e. bairro do Arco do Cego, alvo de sucessivas experiências) –, mas promovendo processos participativos que resultem em soluções mais consensuais e adaptadas à vida específica de cada bairro.
- Criação de um **Plano de Iluminação** para a cidade com o objetivo de:
    - racionalizar o número de diferentes tipos de equipamentos utilizados na cidade, e consequentemente os custos de manutenção e os consumos energéticos;

- fomentar a proteção, manutenção ou reposição de equipamentos de desenho tradicional nas zonas históricas da cidade;
- fomentar o turismo noturno através da criação de percursos históricos e a devida iluminação de monumentos;
- valorizar os espaços públicos noturnos em bairros sociais de modo a fomentar a inclusão dos habitantes e o sentimento de orgulho pelo espaço;
- controlar a poluição luminosa nomeadamente através da substituição e reposicionamento de equipamentos desadequados.

- Proteção dos animais domésticos
  - Como sabemos, por razões várias, o número de animais domésticos nas grandes cidades tende a aumentar. Por essa razão propomos a criação do Balcão Animal, que uma vez por mês estará nos jardins das freguesias, para efeitos de controlo de vacinas, chip e registo.

e) Reabilitação Urbana

Enquadramento

Em 2011, os dados relativos à degradação do edificado à data dos censos registavam um universo muito amplo a necessitar de intervenção na cidade de Lisboa. Nas freguesias mais centrais de Lisboa[1] existem aproximadamente 10 000 edifícios, dos quais 30%, em 2011, necessitavam de médias ou grandes reparações ou estavam muito degradados. Em zonas como as antigas freguesias de Santa Justa, S. Nicolau, Sé e S. Vicente de Fora (hoje freguesia de Santa Maria Maior), esta percentagem ultrapassava os 40%. Isto significa que, apenas nesta área central, era necessário realizar 3 000 intervenções de reabilitação de edifícios. Se alargarmos a toda a cidade, à data eram necessárias cerca de 9 000 intervenções.

De então para cá, decorrendo da reforma do arrendamento e da reabilitação urbana de 2012, do interesse do turismo e das políticas de captação de

[1] Considerando as antigas freguesias de Lisboa, à data dos Censos 2011: Castelo, Encarnação, Madalena, Mártires, S. Cristóvão e S. Lourenço, S. Miguel, S. Nicolau, Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, Sé, Socorro, Coração de Jesus, S. Mamede, Pena, Anjos, S. José, Mercês, Sta. Catarina, S. Paulo, Graça, S. Vicente de Fora e Sta. Engrácia.

investimento direito estrangeiro para Portugal, nomeadamente para investimento no setor imobiliário, profundamente deprimido na altura da crise, a realidade da reabilitação urbana na cidade de Lisboa tem evoluído positivamente em matéria de reabilitação urbana, refletindo também o recente início de recuperação da crise económica. Apesar de os últimos cinco anos terem conhecido uma evolução positiva na reabilitação urbana, olhando para o retrato dos censos em 2011 e andando na nossa cidade, facilmente podemos constatar que há muito por fazer num edificado que está longe de estar requalificado.

Se considerarmos ainda que 82% da cidade de Lisboa se encontra consolidada, mais reforçamos a ideia de que seja por razões de sustentabilidade e de eficiência no uso de recursos, seja por motivos de preservação patrimonial, a reabilitação, a requalificação e a conservação desta cidade consolidada é certamente uma prioridade.

Nos últimos anos assistimos a uma proliferação de programas de apoio à reabilitação urbana criados pela CML: RE9 – 9 vantagens para reabilitar em Lisboa; via rápida da reabilitação urbana; Re-Habitar Lisboa – que inclui o "Reabilita primeiro, paga depois" e o programa de "renda convencionada"; LX XXI (Plano Juncker). Contudo a aposta da CML foi mais na comunicação política dos sucessivos programas, do que na sua execução. Os programas revelaram-se complexos e de difícil compreensão para quem pretende investir, sobretudo para os particulares.

Falta igualmente informação acessível e compreensão por parte dos munícipes dos benefícios fiscais que já existem para a reabilitação, quer ao nível municipal, quer ao nível nacional – IMI, IMT, IVA.

Visão e Prioridades de Ação Política

O crescimento da cidade deixou de ser de dentro para fora, passando agora a ser de fora para dentro, sendo fundamental criar as condições internas necessárias, em termos de edificado, equipamentos e infraestruturas, para atrair pessoas, investimento e atividade económica. Lisboa deve assumir o objetivo comum de acompanhar e orientar o crescimento da reabilitação urbana de forma sustentável e a CML atuar com particular atenção neste domínio, orientando-se nos termos seguintes.

- **Apostar na reabilitação urbana, como aspeto fulcral para um crescimento consistente da cidade**. Ainda que se tenham registado evoluções positivas nos últimos anos ao nível da recuperação do edificado de Lisboa, em elevado estado de degradação, existe um amplo universo de edifícios e espaços a carecer de intervenção, às vezes integral, e orientada pelo conceito de *regeneração urbana,* isto é, envolvendo uma componente de

intervenção física, mas também as componentes económica e social, através de operações que não constituam mera "cosmética", mas que contribuam solidamente para "curar" a cidade.

- **Clarificar o conceito de "operação de reabilitação urbana" na relação entre a CML e o cidadão**, de forma a alargar o acesso a benefícios fiscais a todas as obras de recuperação do edificado, independentemente da zona da cidade em que se localizam.
- Dar atenção particular aos usos – e à alteração de usos – dos vários edifícios em reabilitação, de maneira a **garantir um equilíbrio adequado entre habitação, turismo, comércio e serviços** atendendo às especificidades das várias zonas da cidade, através da execução de políticas claras, sistemáticas e coerentes, que se socorram das várias ferramentas legais existentes, nomeadamente o uso do direito de preferência e o regime das obras coercivas.
- Evoluir de um paradigma de foco praticamente exclusivo no investimento público, para **modelos em que o investimento público se alia ao investimento privado**, potenciando e facilitando este último, nomeadamente através de um trabalho de captação de investimento e da agilização dos procedimentos de licenciamento.
- **Alargar a área territorial de abrangência para efeitos de acesso a financiamento com fundos europeus e outros fundos públicos** (área do Plano de Ação de Regeneração Urbana)**, nomeadamente apoios para a reabilitação de edifícios de habitação particular, a bairros que não estão no centro histórico mas em que a grande parte do edificado está envelhecida e degradada**, com destaque para Olivais, Alvalade, Avenidas Novas, Ajuda, Alto de Santo Amaro, Beato, entre outros.
- **Criar um suporte único – incluindo website e "ponto único para a reabilitação urbana" – para comunicação dos programas existentes relacionados com o apoio à reabilitação urbana**, bem como os benefícios fiscais, facilitando o acesso do munícipe a informação que permita promover e agilizar o investimento.
- **Tirar partido da economia em torno da reabilitação urbana, aproveitando os efeitos positivos do turismo**, através da promoção dos negócios locais, e gerindo-o de forma racional, nomeadamente **potenciando a ocupação de fogos vagos ou prédios devolutos através da bonificação de taxas e de benefícios fiscais adicionais aos já existentes para a reabilitação urbana**.
- Desenvolver um trabalho minucioso de identificação, em forte colaboração com as Juntas de Freguesia, das situações escondidas de elevada carência

habitacional onde é necessária uma aposta específica de cariz social ao nível da reabilitação de imóveis.

- **Promover a criação de contratos para gestão de operações integradas de reabilitação urbana de bairros degradados**, seja em áreas centrais, seja em zonas mais periféricas, com entidades independentes do poder local, nomeadamente IPSS, associações e cooperativas.
- Fiscalizar prioritariamente o cumprimento das regras técnicas de reconstrução, em particular no tocante a regras de resistência sísmica dos edifícios.
- **Desencadear um processo de auditoria e fiscalização relativamente ao risco em termos de resistência aos sismos em edifícios nas zonas mais sensíveis da cidade**.
- Valorizar as intervenções de reabilitação de edifícios que apresentem soluções específicas para aumento da resistência sísmica, através de benefícios fiscais e redução ou isenção de determinadas taxas municipais.
- Intensificação da adoção do mecanismo de obras coercivas, em que a CML realize obras de reabilitação em imóveis em que os proprietários não o fazem, destinando esses fogos a arrendamento para amortização do investimento.

2.
POLÍTICAS SOCIAIS

2. POLÍTICAS SOCIAIS

Enquadramento

Lisboa é atualmente uma cidade precocemente envelhecida e socialmente fragmentada, que não consegue atrair e fixar as famílias e dar resposta às gerações mais novas, e na qual não existem políticas sociais ativas.

Os lisboetas vivem numa cidade onde faltam espaços dedicados às famílias, onde não há garantia das respostas necessárias para alguns dos públicos mais vulneráveis como as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência.

A população mais jovem deslocou-se para a periferia, concentrando os mais idosos, muitas vezes doentes e mais pobres, em edifícios degradados ou em bairros de realojamento, provocando um cada vez maior isolamento.

Além disso, continuam a existir em Lisboa zonas onde a pobreza é fechada e escondida em bairros, longe dos olhares dos demais habitantes, criando problemas na integração social da população que aí reside.

De acordo com os censos de 2011, em Lisboa, por cada por cada cem pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos), há cinquenta pessoas com mais de 65 anos. Por cada cem jovens com menos de 15 anos há cento de oitenta e duas pessoas com mais de 65.

Este retrato demográfico desafia-nos duplamente: precisamos de criar condições para termos mais jovens e famílias em Lisboa e, simultaneamente reconhecer a dignidade da velhice, apoiando fortemente os idosos dependentes e criando condições para que os idosos ainda ativos e com desejo de participação na sociedade o possam fazer.

Este triplo objetivo – mais natalidade, mais proteção aos idosos e mais envelhecimento ativo – é central no nosso programa.

A interdependência entre a cidade de Lisboa e a região concentra uma variedade de recursos, mas também de problemáticas sociais, e o município de Lisboa não pode alhear-se das suas responsabilidades.

Porque acreditamos que é possível termos uma sociedade mais justa e inclusiva, a ação social é, a par da mobilidade, a outra grande linha de prioridade política da Nossa Lisboa.

I. Família e Natalidade

a) Apoio às Famílias

Enquadramento

Lisboa tem vindo a apresentar um decréscimo na população residente desde os anos 80 e uma diminuição da dimensão média das famílias, sendo cada vez mais uma cidade envelhecida.

Se o índice de fecundidade em Portugal é dos mais baixos da Europa e do Mundo, em Lisboa só aparentemente estamos um pouco melhor. Na verdade, os números de nascimentos revelam que muitos bebés vêm nascer aos hospitais em Lisboa, mas basta olhar para a composição da população da cidade abaixo os 14 anos (abaixo da média nacional), para percebermos que esses nascimentos a mais não ocorrem em famílias residentes.

Acresce que comparando com o resto do país, Lisboa é o concelho pior servido de estruturas formais de apoio à primeira infância: creches e jardins-de-infância. Os compromissos assumidos nos últimos anos por parte do executivo socialista em matéria de cobertura de creches ficaram por cumprir.

Há já mais de uma década que o tema da natalidade e do apoio às famílias para poderem concretizar o seu sonho de vida de terem mais filhos está no topo da agenda política do CDS. A Nossa Lisboa partilha essa visão. Consideramos que para além da agenda nacional é possível e desejável desenvolver uma agenda local focada em resolver problemas que estão na base de tantas dificuldades das famílias portuguesas.

O apoio à família e à natalidade assumem particular relevância no âmbito da intervenção do município, onde políticas na área do apoio formal à primeira infância, ocupação de tempos livres, educação, mobilidade ou habitação devem ser prosseguidas em diálogo constante.

Visão e Prioridades de Ação Política

Temos vindo a refletir, a analisar e a discutir com a sociedade civil sobre um conjunto de medidas, à escala autárquica, que possam promover o número e a dimensão das famílias que residem no concelho.

Um dos aspetos que os estudos apontam para a dificuldade das pessoas em terem filhos ou mais filhos prende-se com a dificuldade em garantir a conciliação da vida familiar e profissional, em particular nos primeiros

anos de vida das crianças. Este é um ponto onde a CML pode e deve ajudar através do apoio formal à primeira infância.

Iremos pois:

- **Garantir que todas as crianças têm acesso à creche e ao jardim-de-infância**. De forma a garantir uma resposta mais rápida e mais eficiente, este reforço ocorrerá em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com as creches privadas, através de contratualização de vagas, garantindo que as famílias pagam apenas a parte compatível com a sua situação económica. Será assim possível ter oferta para todas as famílias, de forma rápida e sem necessidade de criação massiva de infraestruturas. Os contratos programa a celebrar com as instituições devem ainda permitir uma flexibilidade de horários dos pais e encarregados de educação que trabalhem em tarefas com horários incompatíveis com o seu funcionamento normal.
- Assegurar o **desenvolvimento de projetos de ocupação dos tempos livres das crianças e jovens**, nomeadamente nos períodos de férias, articulando com as políticas de desenvolvimento social e em rede com as diversas instituições.
- **Diminuir impostos e taxas municipais que incidam sobre as famílias**, tornando a sua despesa mais eficiente, e libertando assim necessidades.
- **Considerar a dimensão do agregado familiar para efeito dos impostos e taxas municipais**.
- **Adotar em todas as políticas municipais** – habitação, mobilidade, eficiência de recursos, **uma abordagem específica que crie benefícios para as famílias com filhos**, por exemplo, estudar a possibilidade de um "passe familiar" na Carris, introduzir quotas de tipologias e áreas maiores (T3 e T4) para habitação nova ou reabilitação, considerar a capitação na penalização de consumos de recursos.

b) Apoio especial às famílias carenciadas

<u>Enquadramento</u>

Se as famílias em geral e aquelas em que existem crianças, pessoas idosas ou com deficiência devem merecer a nossa maior atenção, mais atenção ainda devemos dirigir àquelas em que acresce carência financeira e material. Atualmente, a CML está refém das políticas do Estado central,

apoiando-se essencialmente nas medidas gerais destinadas à população, não tendo criado benefícios específicos para os munícipes, criando uma diferenciação positiva para os que habitam em Lisboa.

Visão e Prioridades de Ação Política

Defendemos modelos articulados de intervenção social, de acordo com prioridades criteriosamente estabelecidas, que permitam **reorientar a atuação do município para a população, em particular para as famílias mais carenciadas**, e dentro destas de forma ainda mais atenta para as que tenham crianças e pessoas idosas e com deficiência a cargo. Para esta missão entendemos crucial que se potencie o esforço de solidariedade da sociedade civil, das instituições do sector social e solidário e das Organizações Não Governamentais. Lembre-se que no combate à pobreza foram consideradas áreas prioritárias no âmbito do Portugal 2020, pelo que é importante que Lisboa faça uma boa utilização desta possibilidade de financiamento para a luta contra a pobreza e a exclusão social.
A CML tem, pois, de dar especial atenção ao sistema de promoção e proteção de crianças, porquanto a efetiva promoção dos direitos da criança e a garantia da sua proteção exigem uma intervenção preventiva.
No desafio do combate à pobreza, é essencial evitar que as famílias caiam em situações de pobreza. Considerando que o desemprego o sobre-endividamento são duas das causas que mais contribuem para os novos fenómenos de exclusão, consideramos que o município deve ocupar-se do problema do sobre-endividamento das famílias.

Assim, enquanto CML:

- Colaboraremos com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, tendo como objetivo garantir a prevenção e a capacitação das famílias em situação de vulnerabilidade, de modo a acautelar eventuais situações de risco para as crianças e jovens.
- **Criaremos um programa de integração infantil e juvenil, o "Integra Cedo", que procure romper com ciclo de pobreza e exclusão através de ações culturais e desportivas em ambiente escolar**, incentivando a que as escolas sejam mais proactivas nos bairros mais difíceis de Lisboa.
- **Atuaremos de forma célere junto dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental**, procurando garantir a melhoria do apoio a prestar no acompanhamento das famílias em situação mais vulnerável. No que respeita à necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, já existe este serviço de apoio especializado

assegurado pela rede social às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias. A CML terá um papel proativo no apoio e na melhoria dessa resposta.

- **Seremos céleres a identificar e a dar o apoio de que necessitem as entidades institucionais e de natureza familiar no quadro do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância**, de forma a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social e a sua participação nas atividades típicas para a respetiva idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento e as suas famílias.
- **Garantiremos apoio alimentar** para dar resposta às situações de carência alimentar identificada entre os alunos.
- **Proporemos tarifas sociais de transportes com descontos até 50% sobre o preço em vigor para famílias de reduzidos recursos, idosos e desempregados, bem como passes escolares com descontos até 60% sobre o preço em vigor para alunos de famílias de menores recursos e beneficiários da ação social escolar**.
- **Estudaremos o alargamento da tarifa social da água a mais consumidores.**
- **Criaremos e potenciaremos programas e protocolos com o objetivo de sensibilizar as famílias para os riscos do sobre-endividamento e para a importância da boa gestão do dinheiro**, do crédito responsável e, quando possível, da poupança e do investimento. Este trabalho será desenvolvido juntamente com as escolas e em articulação com as instituições financeiras, com as Juntas de Freguesia, e com as instituições do sector social e solidário, considerando que é na escola que primeiro deve ocorrer a sensibilização e a formação sobre como organizar da melhor forma as finanças pessoais.

II. Apoio aos idosos e às pessoas dependentes

a) Apoio aos Idosos e às Pessoas com Deficiência

Enquadramento

Graças aos avanços na medicina, temos observado nos últimos anos o aparecimento de uma "quarta idade", constituído por idosos que vivem felizmente connosco cada vez mais tempo, mas infelizmente muitas vezes em situações de isolamento e/ou solidão. Esta realidade não foi acompanhada por uma maior preocupação do concelho com a garantia de mais proximidade e maior abrangência dos cuidados sociais. Nem tão pouco com uma visão de aproximação intergeracional ou de diálogo com o setor da saúde.

A CML, escudando-se na ação social desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pouco ou nada tem feito pela sua população mais idosa. Se queremos uma sociedade equilibrada e humana, o Município não pode passar ao lado desta realidade, pelo contrário, deve assumir-se num trabalho de cooperação e construção com todas as entidades relevantes (como referido abaixo), da Segurança Social à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, das Juntas de Freguesia à imensa rede de instituições do setor social.

O crescimento deste grupo populacional sugere-nos que a institucionalização total pode não ser a melhor resposta e certamente as pessoas passarão cada vez mais por fases diferentes onde as respostas têm de ser adaptadas e flexíveis para irem ao encontro das suas necessidades e vontade. É importante apoiar os idosos para que possam ter uma vida independente que lhes permita uma maior autonomia e adiar a institucionalização, reforçando a importância do apoio domiciliário. Nas situações de maior dependência, **deve ser garantido o acesso a equipamentos específicos, nos bairros ou próximos dos bairros onde residam, como os centros de dia e de noite, os cuidados continuados, as residências assistidas, os lares de idosos e respostas sociais para áreas específicas como as das doenças neuro-degenerativas**. A este respeito, é desejável que ocorra a especialização dos equipamentos, nomeadamente para os dependentes das referidas doenças neuro-degenerativas.

As respostas do município deverão passar pelo **apoio às instituições na reformulação e na requalificação das respostas já existentes**, numa verdadeira rede social, articulada com todos os parceiros e instituições, reformulando e requalificando as respostas já existentes, como é o caso do Apoio Domiciliário, dos Centros de Dia e Convívio ou das residências assistidas para idosos. Queremos promover novas respostas que quebrem as crescentes barreiras de isolamento e desenvolver oportunidades para uma terceira idade ativa.

Visão e Prioridades de Ação Política

O primeiro objetivo é, pois, o de passar de um mero nível de partilha de competências para uma verdadeira articulação entre todos os atores relevantes, do Estado - nomeadamente da área do trabalho, da segurança social e da saúde – e das instituições do setor social, considerando o papel particularmente relevante da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
Assim a CML irá:

- **Criar a rede de "Cuidadores em Lisboa", com o objetivo de combater o isolamento e apoiar as pessoas idosas e com dependências.** A CML funcionará como dinamizadora da articulação entre todos os organismos, públicos e privados, que já atuam no apoio aos idosos, criando uma rede com o objetivo comum - de que **não haja em Lisboa um idoso isolado ou sem apoio** -, de forma a identificar as necessidades, a oferta já existente e a forma de a reforçar ou alargar, acompanhando as pessoas quer nas suas próprias residências quer nas instituições onde se encontram. Esta organização, à semelhança do que aconteceu com a rede de combate ao desperdício alimentar em Lisboa, permitirá juntar em torno deste objetivo comum os serviços municipais, as Juntas de Freguesia, as instituições sociais. A rede assentará necessariamente no apoio profissional ao nível das várias instituições, com destaque para a SCML e as instituições do setor social, mas através destas instituições deverá ser também um estímulo ao envolvimento do voluntariado, promovendo o acompanhamento dos idosos também pelos mais jovens de forma a quebrar as crescentes barreiras de isolamento geracional.
- **Promover a teleassistência** como forma eficaz de manter um acompanhamento permanente das pessoas idosas ou com deficiência que se mantêm nas suas residências. Não obstante a CML já se ter associado a este sistema – que permite, de forma permanente e apenas com um botão, pedir ajuda em caso de

emergência –, é preciso fazer uma divulgação suficiente que permita que a medida chegue a todas as pessoas que dela necessitam.

- **Retomar a iniciativa "Lisboa Amiga"**, que procura dar maior autonomia aos idosos através da **realização de pequenas reparações domésticas** que permitam que se sintam em segurança para poderem continuar a viver nas suas próprias casas.
- **Manter e divulgar o programa "Casa Aberta"**, que apoia famílias e entidades na **adaptação das suas casas ou equipamentos quando têm pessoas com deficiência**, para que possa ser beneficiar um maior número de pessoas.
- **Dar maior atenção ao "LX Porta-a-Porta" e alargá-lo a todas as freguesias**, direcionando-o para a vertente de apoio ao transporte dos mais idosos e das pessoas com deficiência, reforçando e reorganizando o serviço, permitindo que saia da lógica de "circuito fechado" para uma lógica de "resposta a necessidades específicas de deslocação".
- Na área da deficiência, uma das áreas consideradas prioritárias para nós, **discriminar positivamente a situação das pessoas com deficiência através da sua ocupação em serviços do município** onde possam ser úteis e se possam sentir realizadas, procurando aproveitar os apoios dos serviços públicos de emprego, ou através da sua qualificação através da frequência de ações de formação profissional.
- **Dinamizar a criação de uma rede de apoio aos cuidadores e de reabilitação no seio familiar ou de proximidade para crianças e jovens com deficiência e incapacidade**, procurando garantir uma articulação mais estreita entre os serviços sociais e os serviços médicos.
- **Dar especial atenção à acessibilidade**, o maior problema com que se debate a generalidade das pessoas idosas, com mobilidade reduzida ou com deficiência, removendo obstáculos e entraves que limitam a vida a muitos munícipes, e tornando Lisboa uma cidade inclusiva. Os serviços de fiscalização da CML serão particularmente atentos na observância da legislação em vigor, de forma a assegurar que são removidas todas as barreiras arquitetónicas encontradas em edifícios públicos (em particular estes, que têm obrigação acrescida de agir) e noutras áreas como a hotelaria, a restauração ou os espaços de divertimento.

- **Retomar o programa "Escola Aberta"**, adaptando os edifícios escolares a cargo da autarquia, bem como **garantir o normal funcionamento da frota do transporte escolar adaptado**.

b) Envelhecimento Ativo e Voluntariado

Enquadramento

Com a melhoria das condições de vida e saúde, o consequente aumento da esperança média de vida, e gerações progressivamente mais instruídas, temos cada vez mais pessoas que depois da reforma continuam com capacidade e vontade de participar e contribuir para a sociedade onde se integram. Esta nova terceira idade pode projetar a sua vida para ainda muitas décadas e adequar cada nova fase à vontade e possibilidades concretas de participação. Porém muitas vezes não sabe como se integrar e ajudar.

Por outro lado, uma sociedade moderna não pode desperdiçar a experiência, os conhecimentos e os saberes de tantas pessoas que estão reformadas, mas que desejam manter-se ativas e úteis. **Lisboa deve empenhar-se para potenciar e difundir esta energia de conhecimento e saber**. Deve fomentar a dinamização do voluntariado, aumentando as redes de solidariedade social, de forma a multiplicar as oportunidades e a divulgação das mesmas para que quem tem essa vontade possa desenvolver atividades e participar ativamente na vida da sua comunidade, exercendo assim uma cidadania ativa.

Essa é também uma forma de ir criando uma rede de relações mais fortes que será porventura essencial numa fase ulterior, de maior dependência destes idosos. Integrar os mais idosos, permitindo uma maior convivência destes com os mais novos numa partilha mútua de experiências, de saberes e de companhia, apresentando soluções de convivência intergeracional, deve ser uma prioridade para a Câmara. Infelizmente não

tem havido por parte da CML qualquer estratégia de integração intergeracional.

O apoio ao voluntariado das pessoas mais séniores, ajudando-os a ajudar, é essencial para Lisboa. Mas o voluntariado passa também por pessoas mais jovens e que desejavelmente se sintam chamadas a dar um pouco do seu tempo livre em favor da comunidade. Aliás, o exercício do voluntariado é muitas vezes um palco por excelência de trabalho de equipa entre mais jovens e mais idosos.

"Integração, nos serviços da CML, de aposentados com qualificações técnicas e de gestão. A integração de aposentados em *part-time* é vantajosa para o município e para o aposentado."

<u>Visão e Prioridades de Ação Política</u>

A CML deve reconhecer o papel relevante que o voluntariado pode desempenhar na promoção de um envelhecimento mais ativo e também na saudável convivência entre diferentes gerações, fomentando a sua dinamização, nomeadamente através de redes de solidariedade social. Assim, a CML:

- **Potenciar a Bolsa do Voluntariado**, plataforma de voluntariado *online* já existente, procurando identificar as necessidades das instituições do município (projetos de voluntariado), por um lado, e as candidaturas de pessoas interessadas em fazer voluntariado, por outro, procurando conjugar os dois fatores. No caso de pessoas mais qualificadas, esta ferramenta permitirá utilizar o know-how existente, em especial no público sénior. A CML deverá coordenar, com os serviços da autarquia, as Juntas de Freguesia e as IPSS, a informação sobre as necessidades de voluntariado social e cultural.
- **Promover a integração, nos seus serviços, de aposentados com qualificações técnicas e de gestão**, com vantagens para o município, que receberá o contributo de pessoas experientes e o seu apoio na formação dos mais jovens, e para o aposentado, que verá as suas competências valorizadas e manterá uma vida com alguma atividade profissional, com benefícios comprovados para o seu bem-estar.
- **Dinamizar a escola de formação de voluntariado**, garantindo cursos de formação inicial e contínua na área do voluntariado.
- **Sensibilizar** crianças e jovens para o voluntariado através da escola, promovendo o espírito de participação na vida em sociedade, como complemento à sua formação cívica. O município promoverá ações de formação junto das crianças e jovens, em

coordenação com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

III. Imigrantes e Refugiados

Enquadramento

As migrações, voluntárias ou decorrentes de acontecimentos como a guerra ou a escassez aguda de recursos, têm hoje uma expressão enorme a nível mundial e a tendência sugere-nos que serão um desafio constante para as nossas sociedades. As boas práticas que o país regista na integração dos imigrantes e dos refugiados são um fator de reconhecimento internacional. De um processo de integração bem conduzido depende a paz social, uma boa integração gera uma sociedade mais equilibrada e capaz de prosperar mais. Lisboa deve dar o seu contributo para o compromisso com as políticas de integração.

Visão e Prioridades de Ação Política

A CML deverá dar resposta aos desafios na sua escala, em particular executando um conjunto de medidas concretas para responder à atual crise de migrantes e refugiados, para preparar os desafios futuros e para monitorizar as políticas locais de integração. Só integrando estas pessoas e considerando-os também como "lisboetas" poderemos conseguir um bom acolhimento. Neste sentido, a autarquia tem que se coordenar com os Centros Locais de Apoio ao Imigrante e com as Organizações Não Governamentais.

A CML vai empenhar-se:

- **No programa local de integração de imigrantes e refugiados**, executando medidas concretas de integração, em articulação com os vários atores no terreno.
- **N**a articulação com o Conselho Português para os Refugiados, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto da Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Alto Comissariado para as Migrações, **no âmbito do protocolo existente em matéria de apoio aos refugiados**, criando condições que sejam facilitadoras da integração social destes cidadãos em Portugal, enquanto país de acolhimento, procurando direcionar uma intervenção

personalizada e mais eficaz, não esquecendo que as responsabilidades do Estado português para com estes cidadãos se equiparam às responsabilidades previstas para os cidadãos estrangeiros em situação regular no país.

IV. Habitação

Enquadramento

A habitação em Lisboa sempre foi uma área de preocupação e ação central por parte da Câmara. São conhecidos e estudados vários projetos e fases de urbanização da cidade com base em políticas claras de criação de habitação e preços moderados, para famílias da classe média, bem como sucessivas fases de erradicação de barracas e realojamentos. Bairros como Alvalade ou os Olivais nasceram de uma ação consistente do poder público.

Em 10 anos de governação socialista da CML não houve qualquer política de habitação consistente: assistiu-se à extinção da EPUL e com ela à extinção das políticas de habitação. Não era obrigatório que assim fosse, o veículo para desenvolver essas políticas não era necessariamente um veículo empresarial como a EPUL, nem o desenho das políticas obrigava a ser igual, mas não se compreende como se abriu um total vazio de políticas de habitação para a classe média.

Mais ainda, não se observou qualquer ação consistente da CML no uso de ferramentas essenciais na cidade como o regime das obras coercivas ou o direito de preferência. Pelo contrário, a CML alienou património desinteressando-se da finalidade e manteve um elevado número de casas espalhadas por toda a cidade sem qualquer utilização.

O mesmo desinteresse, de resto, repetiu-se em matéria de habitação para as pessoas com mais carência económica, com uma degradação profunda do edificado dos bairros camarários, uma gestão deplorável por parte da GEBALIS, casas sobrelotadas e cerca de um milhar e meio de casas fechadas sem qualquer utilização.

A política recentemente anunciada do Programa de Renda Acessível, está por provar que assente em pressupostos realistas e eficazes e não terá qualquer efeito previsto nos próximos dois ou três anos.

Pensar em habitação em Lisboa obriga lembrar que, ao contrário da média da generalidade do país, onde cerca de 70% da habitação é detida pelos seus proprietários, em Lisboa, incluindo a habitação social, a divisão entre

proprietários e arrendatários é pela metade, e a cidade foi profundamente penalizada por políticas erradas de congelamento de rendas.
Durante as sucessivas décadas de congelamento das rendas, assistimos a uma escassez de oferta de habitação na cidade, a uma degradação profunda do seu parque habitacional, e a uma saída contínua de habitantes para os concelhos limítrofes. Lisboa chegou a ter quase 900 mil habitantes na década de oitenta e hoje terá pouco mais de 500 mil. Esta saída foi criando um ciclo vicioso: menos frações arrendadas em prédios cada vez mais degradados, impossibilidade financeira de executar obras por parte dos senhorios, menos pessoas a habitar nesses edifícios.
Das sucessivas tentativas de quebrar este ciclo, apenas as reformas do arrendamento e da reabilitação urbana de 2011/12 tiveram efeitos visíveis num período relativamente curto, com a reanimação do mercado de arrendamento e o lançamento da reabilitação urbana. A interligação desses efeitos com o *boom* do interesse turístico por Lisboa, associado a políticas de fomento do alojamento local e de atração de investimento direito estrangeiro para o nosso país, se, por um lado, fomentaram o investimento e a criação de riqueza, por outro lado criaram dificuldades à habitação em zonas específicas da cidade. Zonas, de resto, que estavam profundamente desertificadas, mas começaram a animar com o turismo, com o aparecimento de hotéis, alojamento local, restauração e com isso ganharam uma nova atratividade.

Todos estes efeitos conjugados reclamam uma ação consistente por parte da CML no desenvolvimento de políticas de habitação para todos.

a) Habitação para todos

Enquadramento

De acordo com os únicos dados acessíveis ao público em matéria de mercado imobiliário, o valor médio do mercado do arrendamento no final de 2016 registava aproximadamente o mesmo valor que no 4º trimestre de 2010, e o valor médio de aquisição de imóveis em freguesias sem grande atração turística também se mantinha no nível de há 6 anos. Contudo, o poder de compra dos lisboetas tem descido aproximadamente 5%/ano.
Em 2011, segundo os censos, 15% dos alojamentos em Lisboa encontravam-se vagos, com as freguesias mais centrais a liderar os números (antigas freguesias de São Nicolau, Madalena, Sé e Santa Justa, hoje pertencentes a Santa Maria Maior). Hoje, estas zonas registam uma

elevada procura ao nível da aquisição de imóveis, com um valor por metro quadrado bastante acima da média da cidade.

Se é verdade que a pressão turística que levou ao florescimento do alojamento local tem tido um impacto significativo quer no que respeita a valor de compra quer de renda, os dados mostram que o turismo veio, na esmagadora maioria dos casos (59%) instalar-se em imóveis que estavam desocupados, e apenas 19% da oferta turística foi criada em locais anteriormente arrendados para habitação. O efeito mais expressivo foi, pois, o de ocupar edificados devolutos.

No que diz respeito ao **arrendamento**, a reforma do regime do Arrendamento Urbano de 2012 permitiu a dinamização do mercado de arrendamento que há muito estava estagnado na cidade de Lisboa, permitindo aumentar a oferta de habitações para arrendamento, como se pode observar pelo gráfico abaixo que compara 2010 com 2016.

FIG. 3: NÚMERO DE HABITAÇÕES PARA ARRENDAMENTO EM LISBOA (CONFIDENCIAL IMOBILIÁRIO - CIR, 4T16)

Por outro lado, no que respeita aos valores do arrendamento, se em determinadas freguesias da cidade, mais valorizadas pela sua atração para o turismo e investimento direito estrangeiro, associado ou não ao primeiro, a verdade é que a comparação do valor médio de arrendamento em 2010 e 2016 revela um valor idêntico.

Objetivamente, considerando a totalidade do concelho de Lisboa e não apenas as zonas mais procuradas por turistas e por estrangeiros (seja investidores seja para se fixarem na cidade), há mais disponibilidade de casas para arrendamento e a valores análogos aos anteriores à crise.

Importa ainda referir que querer estabelecer uma relação direta entre alojamento local e cessação de contratos estáveis de

arrendamento não tem correspondência nos dados do Balcão Nacional do Arrendamento.

FIG. 4: VALOR MÉDIO DO MERCADO DE ARRENDAMENTO EM LISBOA (CONFIDENCIAL IMOBILIÁRIO - CIR, 4T16)

A opção entre arrendamento ou aquisição é também profundamente afetada pelas condições oferecidas pela banca para a aquisição de casa própria. Com a política de juros baixos do BCE e maior liquidez do setor financeiro, pese embora as condições sejam diferentes do passado pré-crise, voltou a ser atrativo adquirir em vez de arrendar.

A escolha cabe só e exclusivamente a cada pessoa, porém é papel das políticas públicas apontar e estimular caminhos que possam ter efeitos positivos num conjunto mais alargado de temas. A opção pelo arrendamento tem vantagens ao nível da mobilidade das pessoas, com impacto significativo no mercado laboral e no nível de endividamento das famílias. É, pois, uma reposta habitacional que não deve ser descurada, pelo contrário. Nessa linha, o CDS continuará a propor, como o fez em sede de Orçamento de Estado, medidas fiscais de estímulo ao arrendamento habitacional. Ao nível autárquico, consideramos crucial que as políticas de habitação da CML passem pelo impulso do arrendamento, que pode funcionar como uma alternativa efetiva à habitação própria, especialmente para as camadas mais jovens.

Visão e Prioridades de Ação Política

A CML promoverá a criação de oferta de habitação onde o mercado não chega, nomeadamente para os jovens, as famílias com filhos e a classe média, em zonas centrais e de grande acessibilidade a transporte público, equilibrando a ocupação destas zonas com o turismo e habitação para classes mais altas. Esta abordagem, que dará prioridade ao

arrendamento, permitirá uma diversidade na ocupação populacional do centro urbano, e a manutenção da vida de bairro, que alimenta a economia local. Favorece ainda a rotatividade na ocupação das habitações: à medida que as necessidades de habitação se alteram, seja porque se constitui família e é necessária uma casa maior, seja porque os filhos já saíram e a casa ficou vazia e grande demais, deverá ser possível criar naturalmente uma rotatividade na ocupação das habitações, permitindo que sejam ajustadas às necessidades de cada momento e fiquem livres para as gerações seguintes.

Com o objetivo de garantir o acesso à habitação na cidade de Lisboa, a CML irá:

- **Afetar prioritariamente o património imobiliário da CML – edifícios ou terrenos – para projetos destinados a habitação** para a classe média, por exemplo, afetar os terrenos da antiga feira popular a esta vocação, disponibilizando cerca de 1000 apartamentos para arrendamento sensivelmente 30 a 50% abaixo dos preços de mercado.
- **Utilizar todos os instrumentos legais existentes que permitam**, em zonas críticas da cidade, equilibrar os vários usos do edificado, nomeadamente com vista a **manter ou criar o uso habitacional**, por exemplo, o exercício do direito de preferência ou o recurso ao mecanismo das obras coercivas.
- **Dar novo impulso na identificação e decidir celeremente sobre a oportunidade do exercício de direito de preferência** com vista à manutenção ou promoção do uso habitacional em zonas críticas da cidade.
- **Avaliar a necessidade de criar quotas mínimas para habitação em determinadas zonas da nossa cidade** mais pressionadas pelo turismo e pela gentrificação.
- **Criar quotas mínimas para habitação para jovens/classe média na reabilitação dos edifícios da Colina de Santana** promovida por privados, aquando da relocalização do centro hospitalar.
- **Restruturar o Programa Renda Acessível**, procurando soluções que potenciem mais a reabilitação urbana e menos a nova construção, dando especial atenção à criação de condições para a fixação de novas famílias e famílias com filhos.

b) Política social de habitação

Enquadramento

Em Lisboa 92 mil pessoas vivem em bairros camarários (das quais 64 mil em fogos geridos pela GEBALIS), o que corresponde a cerca de 17% da população lisboeta. Deste número estão excluídas as pessoas que vivem "escondidas" (principalmente idosos) atrás de fachadas que ocultam condições de elevada degradação. Em contraste com a sobrelotação de muitas habitações nos bairros municipais, há cerca de 1 600 fogos de habitação social devolutos, o que não só dá lugar a múltiplas ocupações irregulares, mas também cria um sentimento de profunda revolta e injustiça. Regista-se ainda uma elevada degradação deste património, com necessidades de intervenção a 10 anos, avaliadas pela CML em 144 M€ no Programa Integrado de Gestão e Requalificação dos Bairros Municipais.

Visão e prioridades de ação política

É urgente e essencial assumir a habitação para as situações de maior carência como uma das preocupações cimeiras da CML e garantir que o direito à habitação é concretizado num contexto de verdadeira integração de políticas sociais. Assim, iremos,

- **Criar uma verdadeira política social de habitação**, em que a habitação condigna e adequada ao agregado familiar seja o início de um percurso de ruptura de ciclos de pobreza e de verdadeira e duradoura inclusão social;
- **Atribuir com urgência o elevado número de casas de habitação social que se encontram vagas, alojando assim, só nos bairros sociais, mais 1 600 famílias em carência económica**.
- Agilizar o processo de transferência entre inquilinos nos bairros/habitações camarárias, garantindo que **as habitações não ficam vagas mais de 2 meses**, tempo dedicado às obras de conservação.
- **Reabilitar os ativos de habitação social e os equipamentos de utilização coletiva que dão apoio às suas populações**, área para a qual a alocação de financiamento, nomeadamente de fundos europeus, deve ser prioritária.
- Na criação de novos fogos de habitação social, **apostar na habitação inserida em malha urbana consolidada e juntamente com outras populações**, próxima das infraestruturas e

equipamentos que utilizam, de forma a assegurar qualidade de vida para estas pessoas.

- **Garantir que a GEBALIS passa a funcionar como verdadeira parceira do desenvolvimento social**, estando próxima das pessoas, focada na resolução dos seus problemas, e a trabalhar em rede com as instituições públicas, do setor social e privado, que desenvolvem projetos de inclusão e apoio às populações, passando a ser referenciada pelos habitantes dos bairros municipais como uma porta próxima e amiga.

c) Pessoas em situação de sem-abrigo

Enquadramento

Entre 2012 e 2015 a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa realizou duas operações de identificação das pessoas em situação de sem-abrigo, tendo identificado um total 852 pessoas. Destas, 59,7% respeitaram a pessoas sem teto e 40,3% a pessoas a dormir em centros de acolhimento. Para além do problema da habitação – ou antes mesmo dele – e das questões relacionadas com a situação pessoal, familiar e profissional, as pessoas em situação de sem-abrigo têm normalmente associados problemas de saúde, onde de destaca, com uma percentagem relevante, problemas do foro psicológico e psiquiátrico.

Visão e Prioridades de Ação Política

O apoio às pessoas em situação de sem-abrigo tem, pois, de passar por uma abordagem integrada e, mais uma vez, em estreita ligação e articulação com entidades que desenvolvem trabalho relevante neste domínio. A CML tem que estar empenhada na criação de condições para que ninguém tenha de permanecer na rua por falta de alternativas e assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia com vista ao exercício pleno da cidadania, articulando com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com base em planos específicos e adequados às necessidades locais identificadas. Deverão ainda ser apresentadas medidas ao nível da prevenção junto de grupos de risco, da intervenção e do acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo. Nem uma só pessoa em situação de sem-abrigo tem de ser um objetivo do município de Lisboa.

Assim, a CML irá:

- **Garantir o aumento da presença de equipas de rua, articulando o trabalho das várias entidades e instituições que intervêm nesta área**.
- **Promover a articulação célere entre estas equipas e os serviços do Instituto da Segurança Social**, de maneira a que, nas situações de emergência social (pessoas e/ou famílias) que requeiram alojamento social de emergência, se possa proceder ao seu alojamento imediato até que os serviços de ação social avaliem a situação de forma a garantir o encaminhamento mais adequado em articulação com os seus familiares ou instituições do sector social e solidário. Desta forma, quando o estado de vulnerabilidade ou fragilidade de uma pessoa o justifique, deverá existir uma articulação que permita um rápido acolhimento temporário, nomeadamente em instituições do setor social e solidário, e seguidamente que sejam encontradas com celeridade soluções adequadas para a sua autonomização e reintegração social.
- **Criar estruturas municipais que permitam a resposta às pessoas em situação de sem-abrigo** com intervenção na reabilitação, formação e saídas profissionais em regime de emprego assistido.
- **Criar a figura do apoio interpares ("*peer support*")**, que consiste numa relação de apoio entre as pessoas que têm uma experiência comum, reforçando a confiança e o sentido de intervenção positiva em quem apoia e abrindo espaço para mais à vontade e capacidade de se relacionar e confiar por parte da pessoa em situação de sem-abrigo.
- **Promover políticas locais de emprego apoiado** no sentido de proporcionar uma melhor reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo, em estreita parceria com o IEFP.
- **Planear a criação de residências apoiadas**, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e outras entidades do terceiro sector, como meio para uma melhor reintegração das pessoas em situação de sem-abrigo.
- **Apostar no desenvolvimento de um Plano Local de Saúde Mental** especialmente direcionado para as pessoas em situação de sem-abrigo, bem como **garantir cuidados de saúde oral gratuitos**.
- **Criar uma Rede de Apoio às Pessoas em Situação de Sem-Abrigo**, com o objetivo de promover a sua reabilitação psicossocial, envolvendo entidades especializadas nesta área (tal como já existe no Porto).

V. Saúde

Enquadramento

As questões relacionadas com a saúde ocupam um lugar central nas preocupações dos lisboetas. O estado de saúde das pessoas é um dos principais componentes da qualidade de vida e, consequentemente, da satisfação global com o percurso de vida e com a sensação de felicidade. De acordo com o "Estado de Saúde Subjetivo", penas 40% dos lisboetas consideram a sua saúde como Boa, bem abaixo dos comparadores europeus (estudo de 2016 do Prof. Villaverde Cabral, Instituto de Envelhecimento, Fundação Gulbenkian).

Nesse mesmo estudo, ressaltam-se as questões de padrões de morbilidade em Lisboa, nomeadamente nos idosos, em que se destacam os problemas osteoarticulares (dores nas costas e outras articulações), os da saúde mental (depressão, ansiedade e demências) e as questões da mobilidade (andar, subir escadas, limitações físicas ao desempenho das atividades de vida diária). De assinalar ainda que em Lisboa, e de acordo com esse mesmo estudo de referência, quase 60% das pessoas refere ter duas ou mais doenças crónicas. Nesta linha ainda, Lisboa é a região que em Portugal apresenta um maior consumo de medicação para problemas crónicos como a asma, a diabetes, o colesterol elevado, as dores, a ansiedade e a depressão.

No que diz respeito ao acesso a cuidados de saúde nas suas diferentes vertentes – C.Saúde Primários, Hospitalares, Continuados e Paliativos – é sabido que, apesar de toda a capacidade instalada, na região de Lisboa ainda se mantêm problemas no acesso a um médico de família, na realização de exames complementares de diagnóstico – com tempos de espera que vão para além do recomendado - na obtenção de primeiras consultas hospitalares, e que existem listas de espera para cirurgias, algumas delas com tempos que cresceram no último ano.

Visão e Prioridades de Ação Política

Não ignorando que cabe ao Governo a definição das políticas de saúde e o financiamento adequado do SNS, a Câmara de Lisboa, numa perspetiva de reforço da descentralização de serviços e da coesão social, deverá participar ativamente na definição das políticas de saúde que dizem diretamente respeito aos lisboetas. Deve ainda colaborar, de forma articulada e sinérgica, com os setores estatal, social e privado, no

planeamento adequado de recursos, na obtenção das melhores respostas para os principais problemas de saúde dos seus munícipes e na monitorização da qualidade dos cuidados de saúde prestados.

Isso passa por definir uma estratégia municipal e intermunicipal de saúde, no âmbito do Plano Nacional de Saúde, passa por celebrar acordos com parceiros de diferentes sectores para viabilizar respostas concretas, participando ou não na gestão das mesmas, (centros de saúde, Unidades de Cuidados Continuados e Paliativos, redes de transporte de doentes e de apoio domiciliário, entre outros).

Entendemos que a preocupação com a Saúde é um alicerce transversal às várias áreas da governação camarária, cruzando áreas tão distintas quanto a Educação, a Ação Social, a Cultura e o Desporto, e visa, em última análise, a melhoria da qualidade de vida e a felicidade dos cidadãos, a capacitação e a responsabilização de cada munícipe pela sua saúde.

Em articulação com outros pontos deste programa, elegemos como áreas-chave no domínio da saúde e vida saudável as seguintes:

- Reforço do acesso aos cuidados de saúde nos vários níveis
- Promoção do envelhecimento ativo
- Promoção das respostas de saúde mental
- Reforço da educação para a saúde, nomeadamente no que se refere às doenças crónicas não transmissíveis (Diabetes, Obesidade, HTA, Cancro, Etilismo e Toxicodependências, entre outras)
- Reforço do apoio às pessoas mais vulneráveis, idosos ou deficientes, com doenças crónicas e autonomia reduzida
- Reforço do apoio aos seus cuidadores

Neste contexto, a CML irá:

- Trabalhar em parceria com o Governo no sentido de **encontrar as melhores soluções** ao nível de fornecimento, co-financiamento ou mesmo gestão de infra-estruturas, nas áreas mais carenciadas destas respostas, **ao nível dos centros de saúde e de unidades de cuidados continuados**, de forma a garantir uma **saúde de proximidade**;
- **Apoiar empenhadamente** e pressionar o Governo para a construção do **novo Hospital de Todos os Santos**;
- **Empenhar-se** num trabalho conjunto com a comunidade escolar **com vista à promoção de uma alimentação saudável e hábitos**

regulares de exercício físico com vista à prevenção da doença e promoção da saúde;

- **Aprofundar** as medidas de **marketing social** e promoção da **literacia em saúde**, através de programas devidamente testados e eficazes, organizados com as forças vivas da comunidade;
- **Disponibilizar salas de movimento, especialmente para idosos**, com vista à prevenção do imobilismo e à facilitação da participação nas atividades de vida diária, em todas as juntas de freguesia/equipamentos de proximidade;
- **Apoiar o trabalho sinérgico com as associações de doentes**, com vista à sua maior capacitação e à difusão de informação sobre as situações de doença crónica, sobre os apoios disponíveis e sobre sinais de alerta sobre as principais patologias;
- **Contribuir para o reforço da rede de transporte de doentes**/pessoas com doenças crónicas às consultas e tratamentos, disponibilizando serviços gratuitos devidamente organizados;
- Estudar, com os vários parceiros institucionais da indústria farmacêutica e das autoridades de saúde, com as organizações da sociedade civil e com as Juntas de Freguesia, a criação de um **Banco de Medicamento** destinado a aliviar a fatura mensal das famílias mais necessitadas, designadamente idosos, crianças e doentes crónicos, através da recolha e disponibilização dos medicamentos destinados à valorização industrial (reciclagem e destruição), respeitando sempre o normal circuito do medicamento. À semelhança do Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, que potenciou a criação e alargamento de uma rede alimentar solidária em Lisboa, lançaremos um piloto de recolha e disponibilização de medicamentos, ainda em validade, numa Freguesia de Lisboa para rápido alargamento a toda a Cidade.
- **Combater o flagelo da droga**, considerando as mudanças no consumo ao longo do tempo e a necessidade constante de acompanhar esta evolução com uma mudança nas respostas ao problema, fazendo uma **grande aposta na prevenção primária, realizando campanhas de informação nas escolas, nos locais de diversão noturna e nos locais frequentados pelos utilizadores**, sensibilizando para os riscos do consumo de drogas e desconstruindo os mitos existentes em relação a estas. As ações de prevenção da toxicodependência promovidas pela CML deverão

ser coordenadas em rede com as instituições do sector social e solidário.

- Também no domínio das dependências, **promover a figura do "*peer support*"**, com pessoas reabilitadas, que passaram por dependências semelhantes (drogas, álcool, entre outras) e que possam apoiar os toxicodependentes no tratamento e inclusão, melhorando as aturais respostas à luz das melhores práticas internacionais, para uma intervenção mais centrada na pessoa.
- Apoiar programas localizados de combate ao HIV-SIDA, doença em que Lisboa continua a ter uma das mais altas taxas de incidência do país.

VI. Educação

Enquadramento

A educação é o caminho comprovadamente mais seguro e eficaz para que qualquer pessoa possa progredir na vida sem ficar limitada pela sua situação de origem. É a ferramenta mais eficaz para quebrar em definitivo ciclos de pobreza e de exclusão. Todas as pessoas devem poder obter melhor qualidade de vida através da educação e do trabalho. A mobilidade social é um objetivo a prosseguir em qualquer nível da ação pública.

Por outro lado, a educação consiste no instrumento mais eficaz para a construção de uma democracia madura, sustentada em cidadãos informados. A educação dos cidadãos é a ferramenta mais poderosa para combater o radicalismo ideológico, a xenofobia e os vários tipos de desigualdade social.

"A educação consiste no instrumento mais eficaz para a construção de uma democracia madura, sustentada em cidadãos informados. A educação dos cidadãos é a ferramenta mais poderosa para combater o radicalismo ideológico, a xenofobia e os vários tipos de desigualdade social"

Em matéria de educação o retrato de Lisboa está longe de ser perfeito. **Lisboa tem um problema de rede escolar**. Não um problema de falta de oferta no seu todo, mas um problema de disparidade de qualidade, onde a liberdade de escolha da escola está condicionada ao local onde se vive. Não deve ser o local onde nascemos que condiciona a nossa educação, mas também não deve ser o acesso a expedientes como "falsos" encarregados de educação que nos abre futuros melhores.

A Carta Educativa da Cidade é responsabilidade da Câmara, mas esse documento tem estado em revisão nos últimos três anos sem ser publicada uma nova carta de rede. A carta delimita as áreas de influência de cada escola e permite dar previsibilidade e criar justas expetativas junto dos moradores, garantindo clareza e escrutínio na ocupação das vagas disponíveis em cada agrupamento.

Considerando que a última carta é de 2008, é absolutamente crítica a definição e publicação da nova carta educativa de Lisboa para que se possam tomar decisões e garantir resultados em três domínios:
1) universalização da educação pré-escolar aos 3 anos, em conjugação com o ME e em articulação com a rede social, privada e cooperativa, para que todos os lisboetas possam ter acesso ao pré-escolar que sabemos ser condição determinante para o sucesso escolar futuro;
2) resolução, ainda que parcial, do problema existente no básico e secundário das "falsas matrículas";
3) intervenção nas infraestruturas escolares (requalificação ou construção) com a respetiva calendarização.

Nas escolas, desespera-se com a morosidade dos processos e questiona-se a forma como o planeamento das obras é feito, com total insensibilidade para o decurso do calendário escolar.
Mas o papel da CML não se pode cingir às questões das infraestruturas.
De acordo com o estudo mais recente nesta área ("Aprender a ler e a escrever em Portugal", EPIS/Maria de Lurdes Rodrigues, 2017), Lisboa tem um problema de insucesso no 1.o ciclo. Das 541 escolas de insucesso nesta fase, 39 são em Lisboa, o que representa 42% do total das escolas da cidade. Ainda que o trabalho pedagógico das escolas esteja na esfera de intervenção do Ministério da Educação, a CML não se pode abstrair desta realidade, devendo desenvolver um trabalho articulado com diretores de agrupamentos de escolas em Lisboa para a prevenção do insucesso escolar logo no 1º ciclo.

Visão e Prioridades de Ação Política

A educação é o garante do futuro da sociedade, por isso a cooperação entre as autarquias e os estabelecimentos de ensino é de capital importância.
Não só se exige que a CML cumpra, com proficiência, as funções que lhe estão cometidas, mas também que se empenhe na articulação com as demais entidades com responsabilidades na educação para que haja oferta de qualidade e alunos com sucesso.
A ação da CML no sentido de promover o sucesso escolar, passa também não apenas por criar boas condições nas escolas, mas também por criar melhores condições de vida para as famílias. Tal permitirá que se possam concentrar mais na educação dos filhos e na procura e desempenho de funções que permita combater a exclusão social e inverter ciclos de pobreza e legitimamente melhore as suas condições de vida, valorizando

a formação humana, o trabalho e o empreendedorismo, e potenciando um justo progresso. A CML tem de empenhar-se neste domínio, como acima referido, e também na melhoria da educação e do ensino na cidade.

Enquanto ator político, deve focar a sua atenção na promoção da pessoa, na elevação da sua dignidade e cidadania, tem por isso de preocupar-se com a forma de aprendizagem e de sucesso de cada aluno no seu percurso escolar. Deve, pois, desenvolver um papel preponderante, na promoção do sucesso escolar de cada aluno, sabendo que cada aluno tem o seu percurso e que importa promover parcerias para potenciar todas as vias de ensino, nomeadamente o profissional. Sabendo-se da importância do pré-escolar, esse trabalho tem de começar logo, como já referido, no alargamento da oferta de creches e jardins-de-infância. Num momento em que se discute a descentralização de competências do Ministério da Educação, a CML tem de ser um ator proativo neste processo.

Assim, a CML irá:

- **Empenhar-se na promoção do sucesso escolar**, criando mecanismos que apoiem os alunos no seu percurso escolar e académico disponibilizando os recursos necessários que respondam às necessidades de cada população concreta e apoiando projetos educativos.
- **Desenvolver, nomeadamente, um trabalho articulado** com diretores de agrupamentos de escolas em Lisboa **para o apoio na definição de planos de prevenção do insucesso escolar no 1º ciclo**, designadamente em atividades de **estímulo à leitura**, fator crítico para o sucesso escolar inicial.
- Ao nível do Ensino Básico, **requalificar as escolas degradadas** recorrendo a financiamento de fundos comunitários, através do Portugal 2020 e de programas governamentais que têm sido desaproveitados pelo atual executivo camarário.
- **Favorecer o ensino a alunos que estejam em situações de risco colocando-os em projetos educativos mais estruturados e mais adequados à sua realidade** e que garantam a prevenção ou saída de situações de insucesso ou de risco, trabalhando em parceria com estabelecimentos de ensino públicos ou privados.
- **Valorizar o ensino profissional**, que deverá ser entendido não como uma escolha de segunda linha, mas uma escolha igualmente válida, que, escolhida livremente pelo aluno e adequada às suas expetativas, poderá ser um garante da promoção do sucesso escolar, potenciando competências do aluno que noutro currículo teria menor motivação e sucesso e permitindo, em última instância, um aumento da empregabilidade.

- **Desenvolver em conjunto com as escolas programas de prevenção do *bulling***, a iniciar no 1.º ciclo.
- **Assumir um papel ativo no Conselho Municipal de Educação sobre os projetos educativos das escolas** públicas de Lisboa, a fim de ser garantida uma resposta cada vez mais adequada a cada aluno.
- **Desenvolver ações de formação para a Cidadania nas escolas**, responsabilidade conjunta da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia.
- **Oferecer atividades para as pausas letivas** às famílias com filhos em idade escolar, convocando para tal as instituições que operam na cidade (bibliotecas municipais, museus, parques, entre outras) para desenhar programas lúdicos e formativos, em parceria com as Juntas de Freguesia e em articulação com os programas de voluntariado jovem.

VII. Juventude

Enquadramento

Lisboa é hoje uma cidade pouco jovem, no que respeita à sua população residente, mas que cada vez atrai mais jovens seja para estudar, seja para fazerem turismo e se divertirem, por exemplo nos múltiplos festivais de música.
Dependendo de quão jovem se é, as preocupações podem estar na escola e nas diversões – para as quais a mobilidade é, de resto, absolutamente crítica – ou, noutra fase, na habitação autónoma, no emprego ou na criação do seu próprio emprego. A cidade de Lisboa não é propriamente amiga dos jovens na mobilidade, na habitação ou mesmo na criação do seu próprio emprego. E por isso, muitas das linhas de ação política nessas áreas têm impacto direto nos mais jovens. A CML deve ter essa consciência bem presente se quer construir uma cidade inclusiva e intergeracional.

Visão e Prioridades de Ação Política

A juventude é o sinal de uma cidade viva e em progresso. Pensar nos jovens é pensar numa proposta de futuro para as suas vidas.
E essa proposta de futuro passa por pensar na educação e na construção de todo um percurso para que o jovem se venha a realizar na vida, na cultura, no desporto, em apoios sociais específicos quando são necessários, no lazer e no entretenimento, na promoção da saúde e de

estilos de vida saudáveis, no emprego, no empreendedorismo, na habitação.

A CML vai:

- Empenhar-se em **facilitar e difundir o acesso à cultura, garantindo, a todos os jovens até aos 21 anos, acesso a preços reduzidos a todos os eventos culturais existentes na cidade** realizados nos diferentes espaços existentes do Município, procurando alargar progressivamente a outros espaços de relevante interesse cultural. A promoção destes espaços em conjunto com a autarquia e os estabelecimentos de ensino poderá contribuir para uma mudança cultural significativa.
- **Promover candidaturas à Comissão Europeia de voluntariado jovem "Erasmus mais"**.
- **Promover estilos de vida saudável**, nomeadamente ao nível da alimentação e da prática desportiva.
- **Tornar acessível aos jovens a prática de desportos**, fundamental no desenvolvimento e na sua formação, através do apoio às inúmeras instituições desportivas da cidade, e empenhar-se na promoção do desporto escolar em ligação ao rio e ao mar.
- **Apostar na envolvência e no trabalho em rede com o associativismo local,** fomentando a partilha de conhecimento e recursos, em que o município terá um papel predominante na articulação e gestão de potencialidades e necessidades.
- **Trabalhar em estreita ligação com as Universidades, de forma a tornar Lisboa uma cidade fácil para se estudar** (apostando, por ex., na expansão das residências universitárias), num ambiente universitário cada vez mais global, e a identificar oportunidades que permitam potenciar a atratividade do nosso ensino superior (por ex. trazendo a Lisboa a grande feira internacional itinerante do ensino superior).
- **Impulsionar o Conselho Municipal de Juventude**.

VIII. Desporto

Enquadramento

Apesar de Lisboa registar um aumento de eventos desportivos, motivado em grande parte pela candidatura a Capital Europeia do Desporto em 2021 com investimentos em infraestruturas e equipamentos bem como apoios financeiros às coleticvidades, não se verifica um correspondente aumento no desporto juvenil nem na

generalidade dos cidadãos de Lisboa. Sendo a prática desportiva, uma componente essencial na qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, a promoção de práticas desportivas e a monitorização das verbas aplicadas deve constituir uma vertente incontornável da política de gestão municipal de que não se pode abdicar.

Visão e Prioridades de Ação Política

A prática de desporto está intimamente ligada à saúde e ao bem-estar em todas as idades. A CML pode e deve ter um papel ativo nesta matéria, apoiando e criando condições para a prática desportiva a pensar nos vários público-alvo, das crianças aos mais idosos. Deve por isso envolver-se na melhoria das condições para todas as formas de desporto, do desporto escolar ao desporto amador ou ao desporto informal.
Na verdade, o desporto amador, mesmo que ocasional, é um importante fator de promoção de valores cívicos, de tolerância e do espírito desportivo, sendo também um veículo de integração social. O desporto informal, praticado normalmente em pequenos campos no interior de bairros, fomenta o espírito de equipa e o crescimento saudável das crianças, dos jovens bem como de outras faixas populacionais e geracionais. As diversas coletividades existentes em Lisboa desempenham um papel dinamizador fundamental, pois fomentam a cultura de bairro, entre outras formas, pela prática desportiva. Cabe à CML fornecer o devido enquadramento e apoio para criar uma sociedade mais coesa e integrada.

A CML vai:

- **Criar e requalificar a rede de equipamentos desportivos municipais**, alguns dos quais muito degradados devido à falta de manutenção;
- **Promover Monsanto como o grande centro de desporto aventura da cidade** (onde se promova o BTT, Escalada, Orientação, Tiro com Arco, Passeios Pedestres e Corridas de Aventura – Challenger's);
- **Aprofundar a prática de desporto no ensino básico e secundário**;
- **Criar condições para a prática de desportos náuticos no âmbito do desporto escolar**, atendendo à proximidade ao rio e ao mar;
- **Desenvolver e apoiar programas destinados à divulgação e promoção dos estilos de vida saudáveis**, designadamente interagindo com as coletividades e clubes locais;
- **Criar o programa Lisboa Ribeirinha** para animação desportiva.

- **Criar um programa de desenvolvimento das atividades náuticas** para as várias idades, cimentando mais a ligação de Lisboa ao rio Tejo;
- **Recuperar e dinamizar os centros náuticos e as escolas de vela**, garantindo o apoio e meios adequados à sua atividade para os residentes e também enquanto atração turística.
- **Apoiar um Programa de Formação dos agentes desportivos envolvidos nos Jogos LX**, em conjugação com os organismos desportivos oficiais que se encontram sediados em Lisboa, como seja o Comité Olímpico Português ou o IPDJ;
- **Requalificar sempre que possível os interiores dos quarteirões com pequenas áreas desportivas**;
- **Promover ações de dinamização desportiva que impliquem uma maior, e efetiva, utilização das ciclovias.**
- **Avaliar os benefícios concretos e promover, em conjunto com a promoção turística de Lisboa, grandes eventos desportivos de carácter internacional**, enquanto forma de transmitir para o mundo uma imagem de vitalidade, dinamismo, capacidade organizativa e empreendedora da nossa cidade, apoiando as associações e federações desportivas na candidatura e organização de eventos desportivos relevantes.

IX. Governança na ação social

Enquadramento

É comum ouvir-se que na cidade de Lisboa a área social está acometida à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, não tendo o município uma ação de primeira linha. Percorridos os temas da área social, e atendendo à sua interpenetração – não podemos pensar em inclusão social sem pensar na educação ou na habitação, por exemplo – consideramos que é preciso melhorar a interligação entre os vários atores, não só CML e SCML, mas também Segurança Social e demais organismos do Estado central e todas as instituições, nomeadamente do setor social, que desempenham um papel chave na cidade.

Se tipicamente o Estado está longe do cidadão, muitas vezes a CML está longe do munícipe, que não raramente se sente remetido de um organismo para outro sem compreender quem lhe pode dar a melhor resposta. Por outro lado, há um conjunto muito alargado de instituições na cidade, esmagadoramente pertencentes ao setor social, que

conseguem ter uma capilaridade e proximidade na ação inigualável. As instituições do sector social e solidário

Visão e Prioridades de Ação Política

A CML tem de saber estar sempre presente, embora com papéis diversos. Nuns casos – por exemplo na habitação social – é prestadora direta de apoio e serviços às pessoas, noutros pode liderar a articulação de respostas, noutros é parte integrante de projetos liderados por outras instituições, nomeadamente pela SCML, com quem deve consolidar a sua cooperação. Em qualquer dos casos, não se pode demitir de trabalhar para construir uma cidade mais justa e mais solidária e isso passa por mais cooperação, mais liderança, mais valorização do trabalho das instituições do setor social e solidário, mais apoio a essas instituições que são quem melhor conhece o terreno e quem melhor pode ajudar na execução de medidas de proximidade, chegando a quem mais precisa.

Assim, a CML irá:

- **Construir um novo paradigma de resposta social de parceria com as instituições da Economia Social e Solidária**, a rede de instituições sociais que muitas vezes chegam onde o Estado não chega.
- **Consolidar a cooperação** com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com as instituições do sector social e solidário e com outros parceiros institucionais, económicos, sociais e culturais, **tendo por base diagnósticos e planeamento conjuntos e uma ação coordenada**.
- **Dar maior segurança e estabilidade às entidades que participa, na área da economia social e solidária,** reconhecendo a importância das instituições locais na ação social e aproveitando as estruturas e as sinergias dos recursos existentes.
- **Transferir a gestão dos equipamentos sociais sob gestão direta do município para as entidades do sector solidário que integrem a rede social local**, entidades que têm vocação por natureza para executar respostas sociais, desempenhando o município um papel financiador e regulador, salvaguardando-se o rigor na gestão dos dinheiros públicos e a qualidade das respostas sociais disponíveis.

3.
ECONOMIA E EMPREGO

3. Economia e Emprego

I. Empreendedorismo e Inovação

Enquadramento

O apoio que a CML tem vindo a desenvolver ao empreendedorismo, ao longo do último mandato, configura-se manifestamente insuficiente face ao potencial que Lisboa tem nesta área, não obstante a publicidade que tem sido veiculada. Podemos afirmar que o trabalho desempenhado pelo executivo liderado pelo PS — após um promissor arranque — ficou muito aquém de todo o seu potencial.

A cidade precisa de uma **Startup Lisboa 2.0, que seja muito mais do que um espaço físico**. É imperativo que a Startup Lisboa funcione como um todo, como um motor de ignição de empreendedorismo, como um espaço de receção de *players* internacionais, assim como elemento promotor de um melhor aproveitamento do capital humano emergente das Universidades e Politécnicos da cidade.

Visão e Prioridades de Ação Política

Iremos adotar as melhores práticas para promoção do empreendedorismo, enquanto impulso galvanizador dos talentos da cidade e modo de criação de emprego e riqueza para Lisboa.

A CML empenhar-se-á no/a:

- **Posicionamento de Lisboa como base para *startups* internacionais** – As equipas de desenvolvimento, suporte e *design* de grandes *startups* internacionais podem estar sediadas em Lisboa, onde há excelentes competências e um ecossistema competitivo (clima, praias, segurança, vivência multi-cultural e boas ligações aéreas). Este potencial, que existe em Lisboa, é muito interessante para criar empregos, passar *know-how*, atrair estrangeiros qualificados e rentabilizar zonas de escritórios ainda em crescimento como é o caso do Beato, Xabregas e Marvila.
- **Afirmação de Lisboa como líder em Economia Azul** – criação de um *cluster* dedicado à Economia Azul, através da promoção de zonas/ambientes controlados em que se possam testar sistemas e produtos (p.e. *robots* para inspeção subaquática, *drones* para inspeção das embarcações e *software* para mapeamento de recursos naturais) desenvolvidos para este sector.
- **Fortalecimento da ligação à Universidade** – A cultura de *campus* universitário, quando comparada com outros polos universitários

globais, é muito reduzida em Lisboa. É extremamente comum que as ideias mais inovadoras nasçam da interceção de conhecimento entre as diferentes áreas de conhecimento, assim sendo, é imperativo desenvolver estas sinergias em Lisboa. A CML empenhar-se-á nesse sentido, seja através de apoio a iniciativas do sector privado já existentes, seja através de ações estrategicamente estruturadas para esse efeito.

- **Empreendedorismo para apoio social** – A CML constituirá um acelerador de empresas com foco social. Isto é, apoiar o rápido desenvolvimento de microempresas que ofereçam soluções (produtos e serviços) para os problemas sociais de Lisboa, nomeadamente o apoio aos mais idosos.
- **Desenvolvimento de programas de *mentoring*** – As principais necessidades de um empreendedor constituem um padrão. A maioria das perguntas incide sobre estratégias para começar a testar o mercado, constituição de equipa, obtenção de financiamento, sede ou questões burocráticas. A CML irá reunir e divulgar esta informação, respondendo desta forma a grande parte das necessidades da maioria dos empreendedores.
- **Partilha de informação sobre investidores** – Existem muitos investidores de *pre-seed* e *Seed stage* em Lisboa. Iremos agregar informação –que atualmente se encontram dispersa por diversas associações – numa plataforma onde seja possível reunir informações como os contactos de todos os investidores, áreas preferenciais e disponibilidade dos fundos.
- **Criação de uma base de dados para apoio ao investidor** –Organizar uma base de dados de *startups*, investidores, espaços de trabalho, eventos para investidores e empresas multinacionais a implementarem-se em Lisboa (i.e. um investidor de *Fintech* não vai querer visitar *stratups* de *Bio-Tech* ou de e-*Commerce*).

"…constituir um acelerador de empresas com foco social. Isto é, apoiar o rápido desenvolvimento de microempresas que ofereçam soluções para os problemas sociais de Lisboa, nomeadamente o apoio aos mais idosos."

II. Economia Azul - Lisboa, capital mundial do Oceano

Enquadramento

Lisboa define-se identitariamente pelo estuário do Tejo e pela sua proximidade ao mar. Portugal – e Lisboa – são conhecidos internacionalmente por esta ligação. Pela importância histórica da primeira globalização, através dos descobrimentos. E os desenvolvimentos que pretenda fazer na área do mar, têm à partida uma

boa predisposição internacional. A voz e Portugal quando se refere ao mar é ouvida internacionalmente com muita atenção.

Lisboa tem todo o potencial para se afirmar como a capital mundial do oceano. Este é um desígnio que assumimos com ambição.

O estuário do Tejo, o maior estuário da Europa Ocidental, com cerca de 34 mil hectares e albergando regularmente 50 mil aves aquáticas invernantes (flamingos, patos, aves limícolas), tem um potencial económico muito pouco explorado.

A Economia Azul representa hoje, na UE dos 27, cerca de 5,4 milhões de empregos e uma contribuição para o PIB de cerca de 4%. É expectável que em 2020 a Economia Azul venha a representar na UE cerca de 7 milhões de empregos e tenha um Valor Acrescentado Bruto (VAB) próximo dos 590 mil milhões de euros, agregados em torno de seis funções essenciais:

Em redor destas seis funções, são considerados diversos setores de atividades, convencionais ou recentes, nomeadamente: indústria extrativa *offshore*, energia eólica *offshore*, energia das ondas e marés, produtos marinhos (pescas, aquacultura), biotecnologia azul, construção e reparação naval, transporte marítimo local (s*hortsea shipping*) e transporte marítimo de longo-curso (*deepsea shipping*), turismo costeiro e turismo de cruzeiros, desportos náuticos, proteção e vigilância costeira. Estes sectores têm diferente importância, maturidade e potencial, nos diferentes países da UE.

A Estratégia Nacional do Mar estabelece como objetivo aumentar em 50% o peso da economia azul no PIB até 2020. De acordo com a conta satélite do Mar, criada pelo INE, as atividades relacionadas com o mar representaram 3,1% do VAB e 3,6% do emprego no quadriénio 2010 - 2013, empregando aproximadamente cerca de 160.000 pessoas. O setor com mais peso era o turismo.

São poucos os casos de sucesso de sectores de atividade da Economia Azul na região e no concelho de Lisboa. A Lisnave (reparação naval) é um dos casos de sucesso, tendo aproveitado as debilidades e enquadramento na altura (final década de 90) para se transformar e "refundar", dedicando-se hoje à reparação naval com grande sucesso.

Observa-se, antes: a pulverização do conhecimento, investigação e empreendedorismo por inúmeras Universidades, Laboratórios e *Start*-ups; a falta de escala, volume e fragmentação nos sectores da aquacultura, fornecedores da construção naval, operadores de náutica de recreio e marítimo-turística; elevada burocracia e processos de licenciamento morosos, que cruzam administração central e poder local (por ex., para licenciar um operador marítimo-turístico são necessárias licenças de cinco entidades - DGRM, Turismo de Portugal, CML, Capitania, Porto de Lisboa).

"…(o estuário do Tejo) sendo o maior estuário da Europa Ocidental, com cerca de 34 mil hectares e albergando regularmente 50 mil aves aquáticas invernantes (flamingos, patos, aves limícolas), o seu potencial económico parece muito pouco explorado."

Visão e Prioridades de Ação Política

A criação de uma visão mobilizadora e de longo-prazo para a Economia Azul em Lisboa passa pelo reconhecimento das características distintivas da nossa cidade: geografia fortemente marítima; localização privilegiada nas rotas marítimas; clima fortemente propício a atividades de lazer e recreio do mar; espaço marítimo com características biofísicas, geológicas e minerais com grande diversidade (incluindo o estuário do Tejo).

Quando o mundo consolida uma ideia clara sobre o potencial do "Crescimento Azul": o *"Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo de Oceanos, Mares e Costas"*, Lisboa pode e deve empenhar-se numa estratégia bem delineada nesta área, que maximize as sinergias e minimize as tensões que podem resultar das diversas atividades deste setor, nomeadamente através da criação de um *cluster* próprio.

Em função destas características distintivas e atendendo ao potencial e aos desafios do crescimento azul, a CML irá empenhar-se na adoção de medidas de promoção da Economia Azul, quer numa escala municipal, quer numa perspetiva intermunicipal, abarcando todo o estuário do Tej,o através de um diálogo e a ação fecundos com os demais municípios estuarinos.

A nível intermunicipal (p.e. Área Metropolitana de Lisboa, concelhos da região Lisboa do estuário Tejo), a CML irá:

- Propor a criação de um *cluster* da Economia Azul para os municípios nas margens do Tejo que promovam de uma forma integrada, sustentável e economicamente viável os sectores da Economia Azul de maior potencial de criação de riqueza e emprego.

- Propor que este *cluster* se constitua como uma plataforma para toda a atividade da Economia Azul, na região, e uma alavanca da CML para as atividades que irá desenvolver no âmbito das suas competências.

A nível exclusivamente municipal, a CML irá:

- **Criar um Gabinete para a Economia Azul**, com enquadramento organizativo que assegure visibilidade e impacto no *cluster*, e com fácil interlocução com os principais *stakeholders* da Economia Azul, que **agregue todos os processos, recursos e sistemas** que existam na CML sobre os sectores da Economia Azul;
- **Garantir que o Gabinete para a Economia Azul agrega todo o conhecimento existente na CML sobre os sectores da Economia Azul**, fomentando a partilha das melhores práticas e servindo de "incubadora" de ideias para iniciativas a desenvolver no âmbito deste *cluster*;
- **Garantir que as atividades do Gabinete para a Economia Azul são devidamente coordenadas ao mais alto nível na CML com a Administração do Porto de Lisboa** (onde a CML deve ter lugar de gestão, seja a nível consultivo ou mesmo executivo, de forma a ter acesso a informação crítica para o planeamento da Economia Azul) **e a nível intermunicipal**.
- **Criar uma "Via Azul"** para todos os aspetos relacionados com licenciamento, estudos de viabilidade, esclarecimentos e temas administrativos de atividades ligadas à Economia Azul;
- **Criar mecanismos de monitorização e acompanhamento das atividades do Gabinete e da atividade económica dos sectores da Economia Azul**, no concelho de Lisboa;
- **Avaliar as possibilidades de revitalização da zona portuária**, procurando projetos criadores de emprego, que façam movimentar outros sectores de atividade económica, ligados ou não à Economia Azul;
- **Criar uma "cidade do mar", juntando conhecimento e empresas no mesmo espaço** de forma a potenciar o desenvolvimento do *cluster* da Economia Azul, nomeadamente através da aplicação de conhecimento inovador;
- **Empenhar-se na criação de uma rede internacional de cidades oceânicas**, que partilhem experiências e assumam trajetórias comuns de desenvolvimento sustentável;
- **Empenhar-se na criação do *cluster* da economia azul** que abranja toda a cadeia de valor e considere as seguintes áreas:

"Criar uma *Via Azul* para todos os aspetos relacionados com licenciamento, estudos de viabilidade, esclarecimentos e temas administrativos de atividades ligadas à Economia Azul"

- **Planeamento e Ordenamento**: promover o planeamento marítimo espacial, no sentido de identificar as áreas mais adequadas por tipologia de atividade (seguindo a lógica de maximizar as sinergias e minimizar as tensões); planear e investir, de forma integrada, pequenas infraestruturas que possam impulsionar o desenvolvimento do *cluster*; antecipar necessidades de competências para o desenvolvimento da Economia Azul.
- **Conhecimento Fundamental e Inovação Aplicada**: promover a Investigação & Desenvolvimento e a Inovação, de forma concertada e integrada (aproveitando o as competências e infraestruturas do Oceanário, do LNEC, do LNEG e das Universidades e Politécnicos de Lisboa, em particular do IST).
- **Empreendedorismo**: orientar e apoiar a criação de empresas dedicadas às atividades náuticas (na sua relação com a administração central e local, e potenciais investidores); e suportar a criação de um acelerador de empresas ligadas aos sectores da Economia Azul.
- **Turismo**: assegurar as necessárias infraestruturas e serviços para uma adequada oferta turística, o que implica identificar e otimizar oportunidades para estratégias de desenvolvimento local (p.e. Estuário do Tejo, Turismo Marítimo), através de fundos de investimento e mecanismos de financiamento da UE.
- **Serviços náuticos**: desenvolver atividades de engenharia e de conservação das embarcações, nomeadamente ações de inspeção, diagnóstico e reparação de avarias, assim como serviços de abastecimento de combustível e manutenção da instalação elétrica.
- **Ambiente e Energia**: desenvolver uma política de colaboração com outros sectores que utilizam o mesmo meio (rio e mar), designadamente o da água & ambiente e o da energia (renováveis *offshore*).
- **Educação e Desporto**: criação de uma rede de *Educação para o Desporto Náutico*, incluindo estabelecimentos de ensino, clubes náuticos e escolas de natação, tendo como objetivo incluir atividades no rio, no mar e na piscina, no programa escolar dos alunos.
- **Posicionamento Internacional**: promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outros *clusters* da Economia Azul existentes na Europa (nomeadamente na

"Criação de uma rede de *Educação para o Desporto Náutico*, tendo como objetivo incluir atividades no rio, no mar e na piscina, no programa escolar dos alunos"

Irlanda, no Golfo de Veneza, em Gdansk e em Oostende), assim como atrair para a cidade a sede de organizações internacionais relacionadas com a Economia Azul, dada a sua posição destacada neste sector (desde a organização da Expo 98).

III. Turismo

Enquadramento

O sector do turismo tem sido uma forte alavanca para o crescimento económico do país, tendo presente o notável aumento da procura por destinos como Lisboa, Porto, Algarve, Braga e Guimarães (entre outras cidades). Em particular no que diz respeito a Lisboa, a cidade tem hoje mais vida e melhores serviços (nomeadamente restauração e comércio) em zonas que outrora estavam relegadas ao esquecimento, abandono e desertificação.

Com efeito, **o turismo não deve ser encarado como um problema, mas sim como uma oportunidade. O turismo não cria empregos a mais em Lisboa, não deixa dinheiro a mais em Lisboa**. Falar de turismo a mais faz tanto sentido quanto falar de crescimento a mais.

O turismo, sim, lança desafios e questões de gestão urbana que têm de ser assumidos com frontalidade e vontade de resolução. Não tem havido turistas a mais, tem havido gestão urbana a menos, tem havido uma grande incapacidade da gestão camarária de prever e lidar com o afluxo massivo de turistas, de tratar de questões básicas como a higiene urbana, de prevenir e resolver em tempo e com diálogo aprofundado com todos as questões da mobilidade, de antecipar os desafios para a habitação.

Ao contrário do que se tem afirmado no debate à volta do turismo, as alternativas para Lisboa não são transformá-la num parque de diversões ou transformá-la num museu. Essa é uma visão simplista que não serve os interesses da cidade. Por exemplo, a ideia de que Lisboa está a tornar-se dependente do turismo não tem qualquer adesão à realidade. Por outro lado, tentar fazer da cidade um museu, congelando-a, é um caminho certo para o seu declínio. Esta é uma lição que Lisboa aprendeu, a muito custo, ao longo de décadas. Foi o congelamento de rendas que explicou em grande parte a desertificação do centro histórico da cidade. Quando o anterior governo finalmente empreendeu as reformas que permitiram começar a resolver este problema e atrair investimento para Lisboa, o turismo encontrou espaço para voltar a dar vida a uma cidade que os lisboetas tinham há muito esquecido.

Também não é honesta a crítica que associa diretamente e de forma pouco aprofundada a proliferação do turismo à fraca oferta para habitação permanente nas zonas mais turísticas da cidade. Na verdade, segundo o estudo do ISCTE promovido pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), 59% dos apartamentos e moradias para turistas e dos hostels da Área Metropolitana de Lisboa estão hoje instalados em imóveis que antes estavam desocupados, sendo que apenas 19% desta oferta turística foi criada em locais que estavam arrendados para habitação. O turismo veio inegavelmente trazer vida a zonas da cidade que antes se encontravam numa linha acelerada de desertificação. Com esta animação observa-se por um lado mais e mais interesse turístico que potencia mais instalações hoteleiras e alojamento local e, por outro lado, o interesse renascido de residentes em Lisboa ou áreas limítrofes por essas zonas da cidade, agora a recuperar de um grande declínio, para habitação permanente. Cabe à CML, em diálogo estreito com todos, encontrar os pontos de equilíbrio (como acima foi referido na parte da habitação).

É claro que o crescimento sustentado do turismo tem evidenciado a importância e a premência de compatibilizar as necessidades de quem vive em Lisboa com as necessidades de quem visita Lisboa. É esta compatibilização que dará sustentabilidade ao crescimento do turismo. E é precisamente aqui que a gestão autárquica do Partido Socialista tem falhado. **Não há turismo a mais, há Câmara Municipal a menos.**

"É esta compatibilização que dará sustentabilidade ao crescimento do turismo. E é precisamente aqui que a gestão autárquica do Partido Socialista tem falhado. Não há turismo a mais, há Câmara Municipal a menos."

Há Câmara Municipal a menos quando a autarquia não consegue alargar a todos os outros sectores de atividade o que contribuiu para o sucesso do turismo: liberdade de iniciativa, desburocratização, redução de custos. Em vez de replicar estas soluções, a Câmara congratula-se com os montantes crescentes em taxas e impostos que cobra aos lisboetas. Em 2016, a Câmara retirou aos lisboetas mais 13,3% de impostos e taxas do que em 2015. Desde 2005 que a Câmara não pesava tanto no bolso dos seus munícipes.

Há Câmara Municipal a menos quando se cria uma taxa de ocupação turística com a aprovação de um novo Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município em 2015, afirmando que "o sucesso do destino turístico, acarretando a presença temporária de uma população na Cidade que se junta à população residente, coloca um acréscimo de pressão no espaço urbano, nas infraestruturas e equipamentos públicos, reivindicando maior limpeza, reforço na segurança de pessoas e bens, na manutenção de espaço público, na sinalética e organização, sob pena da excessiva ocupação/lotação e precoce degradação colocar em causa a sustentabilidade do crescimento do destino turístico". Para dar resposta a

estas necessidades identificadas pela própria Câmara, é criado um Fundo de Desenvolvimento Turístico para "o financiamento dos investimentos e ações prioritárias ao desenvolvimento e sustentabilidade da atividade turística na cidade".

Ora, nos 16 projetos que o Fundo de Desenvolvimento Turístico vai financiar, mais de 90% das verbas vão precisamente para projetos que não dão resposta às prioridades elencadas pela própria Câmara. Esta opção é política e da responsabilidade do atual executivo.

Se o sucesso do turismo coloca problemas à infraestrutura da cidade, é a infraestrutura da cidade que deve ser melhorada e não o turismo que deve ser condenado. A cidade tem de conseguir continuar a acolher todos os que nela vivem e querem viver, e todos os que a querem visitar. O turismo trouxe a redescoberta de zonas da cidade esquecidas, os moradores podem beneficiar dessa redescoberta garantindo a identidade da cidade.

Visão e Prioridades de Ação Política

Uma cidade é um organismo vivo e a sua identidade não é estática, evolui com os seus habitantes, com os seus utilizadores, com os seus visitantes. O património de uma cidade constrói-se, preservando o que tem um valor perene para os lisboetas e adaptando o que precisa de ser adaptado para que a cidade possa atrair e manter residentes, utilizadores e visitantes.

Lisboa não precisa de escolher entre habitantes e turistas. Precisa de ter habitantes e turistas. Tal como precisa de todas as outras atividades e utilizadores essenciais para o dinamismo de uma cidade.

Nesta medida, iremos:

- **Recentrar as políticas turísticas nos lisboetas**. Será rejeitada a opção política de ignorar as necessidades dos lisboetas e da cidade nos projetos financiados com a taxa turística. As verbas destinadas à sustentabilidade do turismo serão dirigidas à compatibilização entre a infraestrutura urbana e a atividade turística, em vez de ser dada prioridade a investimentos destinados a atrair mais turistas, para localizações na cidade onde o interesse turístico já é abundante e onde há uma tensão clara entre residentes e visitantes, precisamente porque a Câmara se demitiu de gerir ativamente esta relação, como lhe competia.
- **Na alocação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Turístico, e em diálogo com o setor, dar prioridade ao reforço da higiene urbana** (atualmente 3% das verbas), **ao reforço da segurança** (atualmente 0,3% das verbas comprometidas), **à mobilidade e ao estacionamento**, **à habitação** e **à fiscalização das atividades**

turísticas (todas com 0% das verbas comprometidas na opção atual);

- Procurar o estabelecimento de um **acordo com a Associação Lisbonense de Proprietários**, para que sejam analisadas as hipóteses de resolução do desafio de equilíbrio entre o exercício do alojamento local e a garantia e direito ao descanso dos residentes;
- **Potenciar outras áreas de interesse e atividades** que interessem os turistas por mais zonas da cidade e de toda a área metropolitana, aproveitando nomeadamente o potencial do estuário do Tejo ou dos inúmeros jardins com interesse histórico e botânico da cidade;
- **Criar uma visão e gestão integradas para o "Bairro Cultural de Belém"**, gerindo e distribuindo o fluxo de turistas por mais polos de interesse**;**
- **Aproveitar a nova feira popular para desenvolver uma feira temática diferenciada**, em diálogo com a população de Lisboa, que se possa assumir também como uma forte atração turística.

IV. Comércio

Enquadramento

O crescimento acelerado do turismo e a proliferação dos novos tipos de comércio – centros comerciais, vendas pela internet, etc – trouxeram, para além de oportunidades para muitos empreendedores, desafios para os modelos de negócio instalados.
Procurámos, com efeito, identificar soluções sustentáveis para ambos os lados do balcão: clientes e comerciantes.

Visão e Prioridades de Ação Política

Uma estratégia para o comércio lisboeta deve pugnar, como objetivo primordial, pela criação de condições para que este sector de desenvolva de forma sustentável, com uma oferta moderna que preserve a cultura da cidade.
Com efeito, iremos:

- No âmbito do Comércio Local, proceder à elaboração de um **Plano de Ordenamento Comercial**, criando regras justas e claras de âmbito municipal e articuladas com as Juntas de Freguesia;

- Na aplicação do Plano Municipal de Mercados Municipais, **definir em concreto o uso de cada um dos 26 mercados existentes**, tendo em conta a necessidade de diversificação, a sua envolvente comercial e evitar duplicar oferta coincidente;
- **Garantir que são adotados mecanismos claros e eficazes de proteção das lojas históricas**, em amplo diálogo com a população e com os representantes do setor;
- **Recuperar as artes, ofícios e comércio tradicionais na zona da Baixa Lisboeta**, através da criação do Mercado dos Ofícios (tradicionais), recuperando e estimulando, por esta via, estes (e outros) ofícios, assim como alguma atividade comercial, hoje residual e em vias de extinção;
- **Encontrar novas formas de promoção do comércio de rua**, em estreito diálogo com os representantes do setor;
- **Criar o "Galardão Municipal do Mérito Empresarial"**, como instrumento de incentivo e qualificação do tecido empresarial;
- **Criar parcerias com a Escola de Comércio de Lisboa para promover e formar os comerciantes locais**;
- **Promover a "vídeo-proteção" e o policiamento de proximidade**, através do estabelecimento de acordos com associações de comerciantes locais.

V. Administração Local

Enquadramento

A administração da CML (incluindo as empresas municipais e os serviços camarários) deve ser pautada pela eficácia, pela eficiência e pela transparência.

Ora a análise da ação da CML nos últimos anos não é positiva. É particularmente negativa a posição de Lisboa - 137ª posição - no Índice de Transparência Municipal.

A ação da CML pautou-se por uma forte subida da receita de impostos, em resultado da retoma da atividade imobiliária (IMT) e da criação de novas taxas (p.e. +50 M€ de receita fiscal em 2015, + 15% face a 2014), em particular a taxa municipal de proteção civil e a taxa de ocupação turística.

O executivo socialista prosseguiu uma estratégia de alienação de património em desuso, contribuindo para a redução do endividamento (p.e. 50 M€ de receitas municipais extraordinárias em 2015), sem

"O regulamento de taxas da CML agrega quase 200 taxas. Há 74 regulamentos municipais em vigor, com 1 239 páginas de regras que os lisboetas têm de cumprir."

"Entre o que o Governo proíbe, regula e taxa, o que a Câmara taxa, regula e proíbe, e o que as juntas de freguesia regulam, proíbem e taxam, pouco espaço sobra para quem quer escolher como viver, como trabalhar ou como investir em Lisboa."

qualquer preocupação sobre o uso a dar a esses imóveis, divorciando-se, nomeadamente, de quaisquer políticas ao nível da habitação.

Verificou-se uma redução acentuada do nível de endividamento da autarquia (-250 M€ entre 2007 e 2015), sobretudo como resultado do contributo das verbas recebidas com a privatização da ANA-Aeroportos de Portugal (~286 M€). O passivo exigível à CML, em 2015, totalizava 750 M€.

Foi executado um conjunto de medidas de reestruturação na organização da CML, em particular ao nível das empresas municipais (p.e. extinção da EPUL) com incorporação de quadros e técnicos na autarquia.

O nível de encargos com pessoal e serviços externos totalizam 375 M€ por ano (60% em pessoal e 40% em FSEs), tendo presente que a CML emprega cerca de 7 500 pessoas.

Os encargos operacionais recorrentes (pessoal e FSEs) ultrapassam em 30% as receitas anuais de IMI e IMT, gerando a necessidade de promover um maior equilíbrio operacional (défice de 85 M€/ano compensado com transferências do Orçamento do Estado e prestação de serviços).

O investimento representa apenas 15% do orçamento anual de despesa, o que configura uma canalização de fundos maioritariamente para cobrir os custos operacionais.

O regulamento de taxas da Câmara agrega quase 200 taxas. Há 74 regulamentos municipais em vigor, com 1 239 páginas de regras que os lisboetas têm de cumprir. Entre o que o Governo proíbe, regula e taxa, o que a Câmara taxa, regula e proíbe, e o que as Juntas de Freguesia regulam, proíbem e taxam, pouco espaço sobra para quem quer escolher como viver, como trabalhar ou como investir em Lisboa. O que não é esmagado por taxas é asfixiado por regulações.

Qualquer projeto que entre na Câmara para ser apreciado, PIP ou Licenciamento, demora em média cerca de um ano entre o momento em que dá entrada o projeto de arquitetura até se obter licença de construção. Note-se também que o tempo de despacho de uma notificação ronda em média os 3 a 4 meses.

Visão e Prioridades de Ação Política

Queremos uma Lisboa no top 10 do Índice da Transparência Municipal. Queremos uma Lisboa mais próxima do cidadão.

Após uma cuidada análise do estado da gestão da CML, procedemos à identificação das seguintes prioridades de ação política.

Ao nível da eficiência e eficácia operacional, vamos:

- Promover uma **simplificação da estrutura organizativa da CML** (e eventualmente societária), visando uma maior focalização no munícipe e promovendo uma melhoria de eficiência na gestão;
- Prosseguir a estratégia de **otimização dos custos operacionais das empresas públicas** (EMEL, Gebalis, …), centralizando atividades no âmbito da CML;
- **Reduzir o nível de encargos com FSEs através de *insourcing*** (internalização de funções atualmente em outsourcing) e da **reconversão dos quadros operacionais da CML**;
- Reforçar a capacidade de fiscalização e controlo dos contratos assumidos pela CML, permitindo melhorar a posição da CML nos rankings de sustentabilidade;
- Estimular o espírito de equipa e do serviço ao munícipe através da realização de um encontro anual dos serviços e dos funcionários da CML com o Presidente e Vereadores;
- **Adotar processos digitais** no relacionamento entre a autarquia e os munícipes, permitindo **reduzir custos e responder às necessidades dos cidadãos**.
- **Reduzir o tempo de apreciação de projetos pela CML, fazendo uso da plataforma eletrónica SIRJUE** (Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), sistema de informação utilizado por inúmeros municípios, sendo inaudito que a câmara municipal da capital do país não aplique esta plataforma nos processos de licenciamento.
- Desempenhar um papel proactivo na estratégia de descentralização de serviços públicos para as autarquias, preservando o equilíbrio económico-financeiro.
- **Promover uma maior transparência nos fundos transferidos da CML para as Juntas de Freguesia**, através da criação da figura do "gestor contratual".
- **Mitigar possíveis encargos futuros resultantes da transferência da gestão da Carris para a CML** (conduzir uma auditoria profunda à situação económico-financeira da Carris e elaborar cenários de sustentabilidade).

Para assegurar maior proximidade, iremos:

- **Criar o Provedor do Munícipe**: o Provedor do Munícipe tem como função garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos particulares perante os órgãos, serviços municipais, serviços municipalizados, empresas e fundações municipais. O

Provedor do Munícipe exerce a sua atividade com autonomia e imparcialidade face aos órgãos municipais. O Provedor do Munícipe exerce a sua atividade em exclusividade de funções e deve reunir todas as condições de elegibilidade previstas na lei para os membros dos órgãos municipais e gozar de reconhecida reputação de integridade moral e cívica. Ao Provedor Municipal não é aceitável o exercício de atividade partidária e é equiparado, para efeitos remuneratórios, a vereador a tempo inteiro. O Provedor Municipal é eleito pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, necessitando de recolher a votação favorável de, pelo menos, dois terços dos membros em efetividade de funções.

- Criar o **"Dia do Munícipe"**: audiência mensal aos munícipes por parte dos Vereadores/Gabinetes dos Vereadores com e sem pelouro, na última quarta-feira de manhã de cada mês (antes das Reuniões descentralizadas à tarde).
- **Abrir novas Lojas Lisboa** para descentralização dos serviços de apoio aos munícipes (Expo/Olivais, Campo de Ourique, Benfica, Arroios/Penha).
- **Reforçar o papel do gestor único de processos**, de forma a evitar o labirinto criado pela CML aos munícipes, com entrega e consulta digital em tempo real do andamento dos processos urbanísticos por parte do munícipe.
- **Revitalizar as Lojas dos Bairros Sociais**, com um horário compatível com o horário de trabalho dos moradores e criação da figura do Zelador do Bairro.

Em matéria de simplificação e equidade fiscal, vamos:

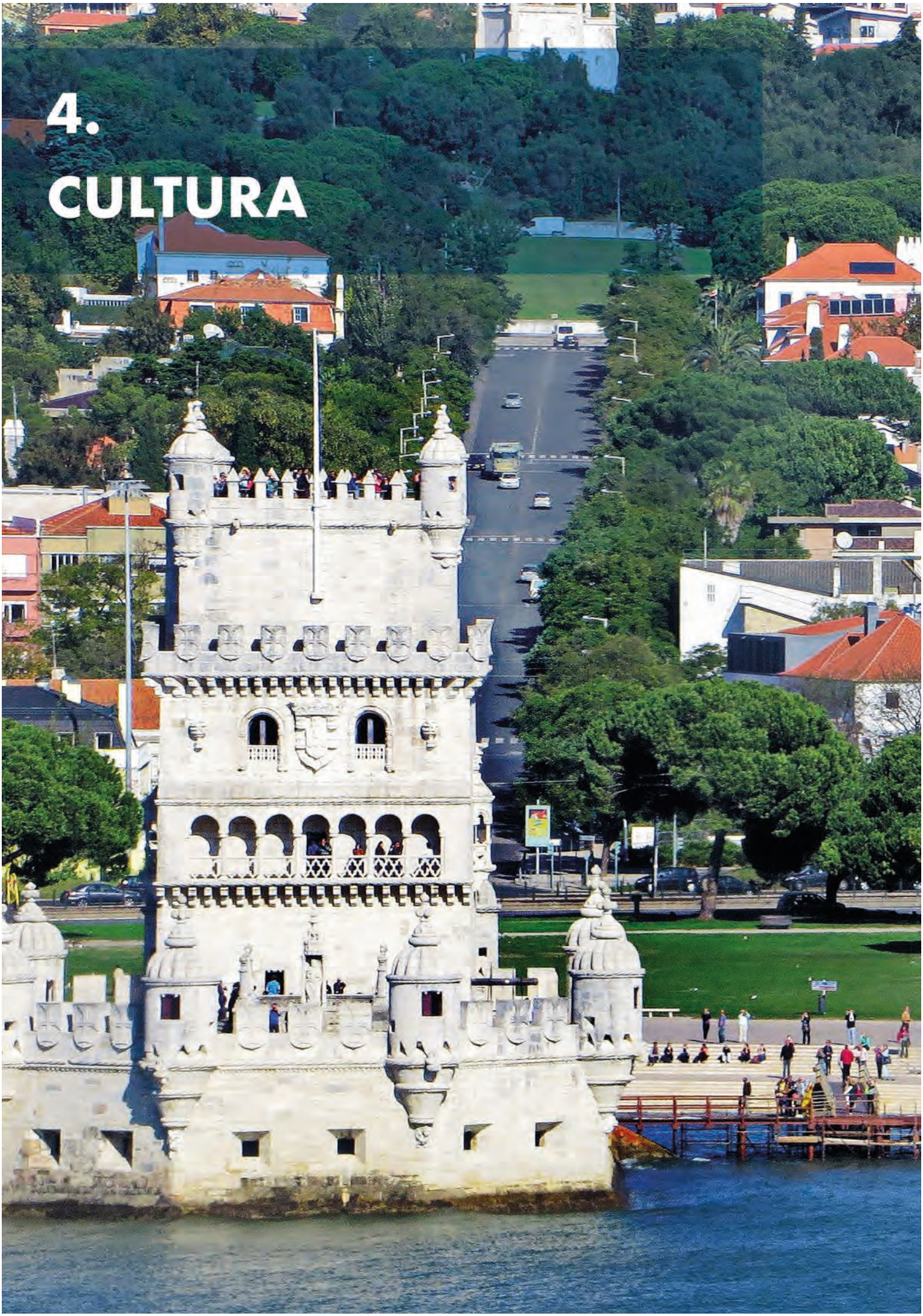
- Mitigar o crescimento dos encargos para as PMEs e comércio local residentes no concelho de Lisboa, **agilizando a carga tributária e garantindo a celeridade nos processos do licenciamento de atividades económicas**.
- Promover a canalização de receitas fiscais para projetos críticos para a cidade (selecionados com base em análise multicritério/custo-benefício), permitindo uma maior transparência no uso dos fundos públicos.
- **Desenhar políticas fiscais de longo-prazo que incentivem o investimento na cidade pelos privados**, em áreas em que Lisboa se deve afirmar internacionalmente, nomeadamente: economia azul; eficiência energética e hídrica; mobilidade sustentável; e bioengenharia aplicada à saúde.

- Assegurar a canalização exclusiva das receitas com alienação do património para a redução da dívida da autarquia e/ou recuperação e manutenção de património histórico da cidade.
- **Reduzir, até 2022, 50% dos regulamentos municipais, e criar um Código Regulamentar**;
- Lançar em paralelo um verdadeiro "**simplex fiscal**", que permita simplificar, eliminar e fundir taxas;
- **Eliminar a taxa de proteção civil**, que consideramos inoportuna e ilegal.

No âmbito do Reforço do investimento, vamos:

- **Promover a localização de novas empresas no concelho** (por ex. *start-ups*) que assegurem novos postos de trabalho e a melhoria das infraestruturas da cidade;
- Incentivar a concentração de serviços da autarquia visando a **libertação de espaços que possam ser utilizados por outros agentes económicos** (p.e. espaços disponíveis para *start-ups* com rendas acessíveis).
- **Desenhar políticas fiscais de longo-prazo** que incentivem o investimento na cidade pelos privados, em áreas em que Lisboa se deve afirmar internacionalmente, nomeadamente: economia azul; eficiência energética e hídrica; mobilidade sustentável; bioengenharia aplicada à saúde.
- Explorar **modelos de investimento *capital light***, em que o privado assume o risco financeiro, nomeadamente em investimentos com lógica comercial (por ex. habitação, turismo, comércio).

579
BANIF



4. CULTURA

4. Cultura

I. Património, Criação Cultural e Cultura popular

Enquadramento

Assumimos em absoluto a centralidade da cultura para a cidade de Lisboa. Pela importância que a cultura possui por si própria, porquanto acolhe desde o património cultural (móvel, imóvel, imaterial, de caráter histórico, arquitetónico, paleontológico, arqueológico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico), à criação cultural e artística (expressões e projetos artísticos, artes plásticas e performativas, artes e ofícios tradicionais) numa forte interligação e interação entre estes. Esta relevância deve passar por uma política cultural do município que se paute por uma linha clara, definida e dinâmica deste pelouro.

Visão e Prioridades de Ação Política

O poder político, municipal neste caso, como cuidador da cultura, como agente mobilizador dos cidadãos para a cultura e as questões culturais, deve empreender a maximização dos recursos humanos e financeiros, com uma coerente distribuição de competências entre a Direção Municipal de Cultura (DMC) e uma empresa municipal como a EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa), mas também em alguns casos as Juntas de Freguesia. Esta abordagem aplica-se quer tratando-se da gestão direta de equipamentos e espaços culturais, como museus, monumentos, teatros, cinemas, galerias, bibliotecas e arquivos, dinamização de ações e atividades culturais, quer da análise e atribuição de apoios ou concessão de espaços a entidades e iniciativas privadas que constituam serviço público na área da cultura.
Deve haver, por um lado, uma condução política forte das linhas programáticas culturais definidas para a cidade, a realizar diretamente pela CML, por outro, uma permanente articulação entre a DMC e a EGEAC, bem como as Juntas de Freguesia, para uma gestão e aplicação eficiente e eficaz do programa sufragado.

Criar o **Conselho Municipal de Cultura**, enquanto importante núcleo consultivo do município com representação das forças, entidades e associações de relevo na vida cívica e cultural da cidade, **envolvendo de modo particular as Academias**, o que será uma forte melhoria qualitativa.

Defender a cooperação continuada entre o município e os principais polos culturais da cidade, sejam públicos ou privados, como a Fundação Calouste Gulbenkian ou a Fundação Culturgest, entre outros, para que a rede cultural da cidade seja mais abrangente, articulada e diversa.

Estamos cientes das outras dimensões do sector cultural e criativo, a social e a económica e a sua relação com a reabilitação urbana, a qualidade de vida, a educação e a formação ao longo da vida, o ambiente, a economia e o turismo, o emprego e a cidadania. As temáticas do património cultural, dos museus, da criação artística e cultural são aspetos de cultura, mas também de sociedade, e devem estar ao serviço do seu desenvolvimento. Será, pois, de considerar a inclusão de projetos/medidas/intervenções de índole cultural no Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa.

A CML é uma entidade pública que deve gerir, organizar, promover, valorizar, divulgar, mas também uma força de pressão a exercer na defesa dos munícipes, dos bens e das dinâmicas culturais da cidade, perante outras entidades públicas ou privadas que possam, por ação ou omissão, atrasar ou prejudicar a vida da e na cidade.

Assumimos a Cultura Popular e o Património como eixos estratégicos na política cultural de Lisboa, enquanto fator de diferenciação e de identidade únicos.

No que diz respeito ao <u>património cultural e dos museus</u>, vamos:

- Apostar numa política cultural municipal – que está sujeita à lei de bases do património cultural e à lei-quadro dos museus portugueses, entre outras – que se traduza em mais e melhor conservação, restauro, investigação, divulgação e valorização do património cultural da cidade, através de uma condução política determinada e que insista nesse caminho, que saiba criar e motivar equipas, ter uma boa capacidade de gestão e articulação com outros pelouros e serviços associados, bem como delegar competências em nome da eficiência e da eficácia, sem que isso signifique descomprometimento ou descuido;
- Valorizar a **importância do património cultural, defendendo assim a identidade e a construção da memória coletiva**, o percurso histórico ao longo de várias épocas e os testemunhos materiais e imateriais que a ação humana foi concebendo e produzindo. Reabilitar e valorizar o património cultural sobretudo pelo significa para os lisboetas, embora também seja relevante para a melhoria da oferta turística. Iremos assegurar a salvaguarda e valorização

patrimonial com estabilidade e sustentabilidade, dando nomeadamente mais atenção aos edifícios classificados.

- Criar o **"Bairro Cultural de Belém"**, como elemento acelerador e qualificador da oferta turística de Lisboa. Este projeto deve incluir – entre outras iniciativas – a **requalificação dos elementos urbanos estruturantes da área de Belém e da sua envolvente imediata** (arco urbano Algés-Restelo-Ajuda-Alcântara). **Consideramos também que é necessário eliminar os fatores que produzem efeitos-barreira** ao acesso aos bens culturais de Belém, nomeadamente a **linha de caminho-de-ferro (de forma sincronizada com a expansão do metro até Algés)**, estacionamento de autocarros de transporte de turistas na Zona Monumental de Belém e elevado congestionamento rodoviário. Pretendemos tornar o Bairro Cultural de Belém num espaço ecológico e ambientalmente sustentável, através da promoção de eficiência energética nos bens culturais e no espaço público, e de soluções de mobilidade sustentável.
- **Criar a "Casa dos Descobrimentos"**, um **ponto de partida interpretativo**, interativo e adequado a públicos de todas as idades, que enquadre a **história das nossas navegações** e seja o ponto de partida para um **roteiro de visita à Lisboa dos Descobrimentos**, passando pelos monumentos, ruas e museus, explicando e chamando a atenção para os aspetos e as peças mais relevantes.
- **Divulgar a Lisboa dos bairros históricos**, valorizando cada um deles pelo conjunto de características únicas que têm. Pela sua história, personalidades que aí nasceram, episódios históricos que neles ocorreram, pelo seu património cultural, a arquitetura e o urbanismo, as suas tradições e vivências, a gastronomia, a música popular, o fado. A sua singularidade potenciada pelo equilíbrio entre cultura, reabilitação urbana e turismo poderá ser uma grande mais-valia, também para a qualidade de vida de quem nele habita e pela saudável competição entre eles, tendo como um dos expoentes máximos por ocasião das festas da cidade, as marchas populares.
- **Criar e reforçar a oferta existente de roteiros culturais e temáticos**, dos respetivos suportes materiais digitais e/ou impressos, com destaque para o património cultural – material e imaterial - já referido e a realização de circuitos e percursos guiados, tendo em conta a especificidade e a diversidade cronológica, temática (referências artísticas e literárias, escritores, pintores, escultores,

atores, cantores, músicos, fadistas, arquitetura, gastronomia, música e fado, património azulejar, talha dourada, entre outras). Esta unidade diferenciada permitirá, igualmente, a criação de exposições itinerantes e edições impressas, como forma de rentabilização e preservação da memória.

- **Aproveitar as potencialidades da zona oriental de Lisboa**. A requalificação urbana e arquitetónica (incluindo património cultural que apresenta vários proprietários e tutelas) dessa zona da cidade, a que se devem juntar a melhoria de acessibilidades e transportes públicos, irá atrair mais habitantes e mais visitantes. Aliviar a pressão turística no centro histórico da Baixa/zona histórica de Belém, aumentando o leque da oferta turístico-cultural disponível a quem visita a cidade, alargando-a a esta zona, com benefício para a economia e o comércio locais. Incrementar e apoiar de forma cada vez mais consistente a fixação de projetos do sector cultural e criativo como vertente relevante dessa estratégia.
- **Reavaliar o processo de participação da Câmara e do Turismo de Lisboa no projeto de conclusão do remate poente do Palácio Nacional da Ajuda**, não esquecendo que este é monumento nacional, comporta uma ala museológica tutelada pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), bem como a seleção do projeto a levar a cabo, que não foi alvo de um concurso de onde saísse a melhor solução, entre várias possíveis, para o monumento e a zona envolvente em questão.
- **Dar vida e coerência programática ao Parque Mayer**, clarificando a sua posição estratégica no coração de cidade e enquanto centro nevrálgico da cultura e do "quarteirão cultural" dos extintos Éden, Palladium, Condes e Odeón mas também dos equipamentos em funcionamento como o Coliseu dos Recreios, Teatros Politeama e Tivoli e Cinema São Jorge.
- Pugnar pela revitalização do Teatro Capitólio (agora Raúl Solnado) como espaço de manifestações artísticas diversificadas de Lisboa. O espaço deverá dar destaque à sua história no teatro revista com a **dinamização do Teatro Maria Vitória conciliando, simultaneamente, com a criação e concentração de outros espaços de expressão artística** (galerias de arte municipais, salas de ensaios, entre outros).
- **Defender a calçada artística portuguesa enquanto património da cidade**, sobretudo nas zonas históricas, e criar condições para a sua manutenção adequada, continuidade e evolução técnica, que

concilie as características artísticas e estéticas com a segurança e a mobilidade.

- **Impulsionar o processo de classificação da Calçada Portuguesa artística** como um bem imóvel de interesse cultural (em conjunto com o Ministério da Cultura) e posterior candidatura a PCI da UNESCO.
- Destacar e prosseguir o trabalho de **levantamento e proteção do património azulejar da cidade, desenvolvido no âmbito do PISAL** (Programa Integrado de Salvaguarda Azulejar de Lisboa).
- **Assegurar os meios humanos e financeiros que garantam a qualidade do serviço público de cultura e da missão museológica**, nas suas diversas valências de aquisição, conservação, investigação, comunicação e exposição, do Museu de Lisboa e dos seus núcleos.
- **Dedicar um espaço museológico à arquitetura**, de forma a divulgar os aspetos técnicos e artísticos desta atividade essencial para o urbanismo, para a construção de cidade, e em última análise para a vida de todos nós. Deve ainda privilegiar projetos que conciliem a atribuição de um novo espaço museológico à cidade com a requalificação do seu edificado e do seu património arquitetónico.
- Conceber **a utilização do núcleo Casa dos Bicos do Museu de Lisboa** para que volte a ter atribuições relacionadas com a história da cidade e sua ligação aos descobrimentos portugueses no espaço ocupado pela Fundação José Saramago, e a manutenção da musealização do piso térreo e dos vestígios arqueológicos da época romana.
- **Reforçar os serviços educativos e a mediação cultural dos museus** e outros equipamentos culturais municipais numa aposta evidente na educação para a cultura.

Em relação ao arquivo e bibliotecas municipais, defendemos a:

- Melhoria de condições, quer de tratamento do acervo (que é diverso), quer de disponibilização do mesmo ao público, bem como uma **dignificação da rede do Arquivo Municipal de Lisboa, o Gabinete de Estudos Olisiponenses, a Hemeroteca e a** Bedeteca;
- Articulação **mais estreita com a Livraria Municipal**, que deve ter um conjunto de edições atualizado, diverso e abrangente, que produza obras de referência sobre vários temas ligados à cidade e que por essa via consiga divulgar a riqueza arquivística e documental de Lisboa, da sua história, e a disseminação de conteúdos úteis pelo maior número de públicos;

- **Melhoria da acessibilidade e dos horários de funcionamento do arquivo e das bibliotecas municipais**, em resposta e adaptação dos estilos de vida e necessidade dos seus beneficiários.
- **Apoiar os Alfarrabistas de Lisboa**, cuja atividade secular e tradicional deve ser acompanhada.

Relativamente ao apoio à criação, iremos:

- **Promover a utilização das casas de função de Monsanto (e outros espaços interessantes da cidade), quer do ponto de vista meramente turístico quer como residências artísticas**. Neste último caso, perante a cedência do espaço por tempo a determinar e mediante condições a estipular, os artistas convidados exercerão a sua atividade tendo Lisboa como inspiração e no final do período realizar-se-á uma exposição em espaço municipal e parte das obras de arte passará a integrar o acervo da cidade.
- Aproveitar o Panorâmico de Monsanto, a precisar de requalificação urgente, para instalar o **Centro de Artes de Lisboa (CAL)**, constituído por pequenas empresas de carácter criativo, incentivando as indústrias inovadoras, à semelhança do proposto para a zona oriental da cidade, colaborando com as entidades associativas e interculturais, o que permitirá inclusive ter espaço de exposições temporárias, área dedicada à arquitetura portuguesa dos anos 60 do século XX e restaurante(s) passível de rentabilizar o espaço.
- Criar um **prémio para jovens artistas** residentes em Lisboa.

No que diz respeito em específico à cultura popular, tendo bem presente que Lisboa foi-se construindo grandemente na sequência de migrações internas de vários pontos do país, iremos:

- Definir apoios específicos para as valências culturais das associações recreativas, desportivas e culturais que existem na cidade, ligadas a diversas freguesias, nomeadamente a valorização do teatro, da música, da dança, das artes plásticas;
- Criar um regulamento específico de **apoio ao associativismo local**, numa clara aposta na cultura popular e na preservação das tradições;
- Valorizar e integrar as manifestações artísticas de índole popular e tradicional nos eventos de média e grande dimensão promovidos pela CML e EGEAC;
- **Criar a Casa das Tradições**, espaço dedicado ao acolhimento de espetáculos, performances e exposições das várias expressões do

associativismo sediado em Lisboa, e com especial enfoque na cultura popular e nas tradições;

- Democratizar **uma cultura em rede possibilitada por uma autarquia que promova a diversidade da programação cultural e dos seus operadores**, que contemple mais as pequenas estruturas culturais, através de um regulamento de atribuição de apoios que realize análises qualificadas dos projetos submetidos, que muitas vezes poderão ser viabilizados com apoio logístico e não financeiro, podendo ser critério de qualidade, por exemplo, aqueles que tenham objetivos inter-geracionais.

Quanto à promoção do multiculturalismo, iremos:

- Assumir que enquanto capital do país, **a CML deve fazer mais para representar as diferentes regiões que o compõem e caracterizam**. Incentivo à criação e realização periódica de feiras e mostras em parceria com as diferentes associações, casas regionais, entidades de turismo, confrarias gastronómicas e vitivinícolas, etc. Não só para promoção do ponto de vista turístico, como também para um melhor acolhimento e fortalecimento das raízes da população migrante que aqui reside.
- **Valorizar a história de Lisboa enquanto cidade multicultural** e promover expressões culturais e artísticas de raiz africana, com um novo impulso ao Africa.Cont. Defendemos a criação e apoio a ciclos de exposições, concertos, teatro e cinema, conferências e publicações que remetam para esse universo luso-africano. Propomos também o estabelecimento de protocolos e parcerias com a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

II. Música e Artes do Espetáculo

Enquadramento

A música clássica e as artes do espetáculo, como o teatro e o cinema, são veículos de entretenimento e, em simultâneo, de formação e promoção do pensamento abstrato. **Os concertos de música clássica não podem ser um monopólio das elites intelectuais. A ida a uma ópera ou a uma *jazz session* tem de ser algo tão natural como a participação num festival de música *pop***. É dever do Estado e da CML promover a retirada de barreiras sociais à participação em concertos de música clássica ou jazz.

Quanto ao teatro, a CML não deve ser dirigista ou paternalista em termos artísticos ou na determinação do gosto. Cabe à CML promover a

diversidade e a qualidade na programação e a melhor conjugação possível entre experimentalismos artísticos, criação contemporânea, a representação e reinterpretação de clássicos nacionais e estrangeiros, bem como a introdução de mais programação específica relativa a temas lisboetas e a aspetos de olissipografia. Estes mesmos critérios deverão estar particularmente orientados para a diversidade de públicos, faixas etárias, objetivos de entretenimento e lazer bem como educativos e pedagógicos.

Já no que diz respeito à indústria cinematográfica, esta arte constitui um dos principais veículos de difusão e promoção de cidades, como Nova Iorque e Barcelona, Paris, Londres ou Roma, entre outros exemplos, não só servindo de palco para filmes de época, como também para filmagens comerciais (publicidade).

Visão e Prioridades de Ação Política

No que diz respeito à música clássica e jazz, iremos:

- Reforçar a divulgação da **Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa e dos Estúdios Victor Córdon**, junto dos estabelecimentos de ensino do concelho;
- Valorizar e promover as Orquestras Metropolitana e Sinfónica, para efeitos de posicionamento internacional da cidade na área da música clássica. **A presença de músicos de renome internacional nestas orquestras deve ser promovida, em benefício do capital cultural da cidade**;
- Dinamizar e patrocinar concertos de jovens instrumentistas portugueses (em formato a solo e em música de câmara);
- **Expandir o projeto "Orquestra Geração" para mais bairros e escolas do concelho de Lisboa**, iniciativa que promove a inclusão social de jovens de comunidades desfavorecidas – que nunca tiveram contacto com a prática orquestral –, através da aprendizagem da música;
- Dinamizar ***jazz sessions*** **em instalações da CML e espaços públicos**, para efeitos de divulgação de jovens músicos de jazz;
- Reforçar a divulgação da Escola de Jazz Luiz Villas-Boas, junto dos estabelecimentos de ensino do concelho;
- Apoiar e divulgar os eventos do Hot Club Portugal.

No que diz respeito ao teatro, ao bailado e às artes performativas contemporâneas, vamos:

- Apoiar e divulgar a programação da **Companhia Nacional de Bailado**;

- Reforçar a divulgação da **Escola de Dança do Conservatório Nacional de Lisboa**, junto dos estabelecimentos de ensino do concelho;
- Envolver a produção dos estabelecimentos de ensino superior do concelho no quadro da sua atividade letiva na programação das festas da cidade e dos festivais promovidos pela EGEAC.
- Definir com clareza a **missão cultural dos teatros municipais de São Luiz e de Maria Matos, assim como do Cinema São Jorge**;
- Monitorizar continuadamente os protocolos e eventual renovação/atualização dos mesmos referentes a espaços concessionados como a Galeria da Mitra (Teatro Meridional), Teatro Cinearte (A Barraca), Teatro Taborda (Teatro da Garagem), Teatro A Comuna, Teatro Aberto.

Quanto ao cinema e artes plásticas, iremos:

- Dividir a cidade por épocas e/ou cronologias, comercializar a grande marca que pode e deve ser Lisboa, através de promoção internacional, fornecendo legendas e informações históricas, o que proporcionará uma apresentação diferenciada e o interesse no acolhimento da mesma indústria, com benefício para a população e cidade.
- Apostar na atratividade do município, quer a nível de isenção de taxas de utilização do espaço público quer de outros apoios por parte da autarquia, para a eventual seleção da cidade para palco da indústria cinematográfica. Esta política é geradora de externalidades positivas, quer a nível da economia local (com a permanência prolongada de equipas técnicas e artísticas), como a curto/médio-prazo em termos de turismo.
- Fazer o diagnóstico do panorama atual dos ateliers municipais bem como a avaliação e atualização do seu regulamento.
- **Aumentar o número de atelieres municipais para as artes e espaços expositivos**, recorrendo à reabilitação e adaptação de imóveis municipais projetando, simultaneamente, novas centralidades culturais.
- Garantir que os espaços e galerias municipais dedicados à arte contemporânea são o exemplo de uma atividade supletiva por parte do município, mais do que de gestão e curadoria direta dos mesmos.
- **Criar a Bienal de Arte Pública** que insira a cidade num circuito a este nível. Não existe qualquer incentivo no sentido da arte realizada fora dos espaços tradicionalmente dedicados a ela, como

sejam os museus e galerias. Uma arte em espaços públicos, em que a cidade é explorada, podendo alguns projetos encontrar-se diretamente associados a processos de requalificação do espaço urbano e contar com a participação da população local na sua execução. Arte fisicamente acessível, sem elitismos, que modifica a paisagem circundante, de modo permanente ou temporário, interferindo na fisionomia urbana, recuperando espaços degradados e promovendo o debate e/ou maior consciência cívica. Nessa medida, o **impulsionamento da GAU – Galeria de Arte Urbana** será um desígnio do executivo, bem como os projetos de arte urbana existentes, tendo como exemplos a Av. Fontes Pereira de Melo e o Bairro Padre Cruz.

- Promover uma **maior conectividade** dentro do próprio meio cultural e artístico, ao nível da bilhética por exemplo, de forma a facilitar a aquisição de um bilhete para um museu num espetáculo.

III. Posicionamento Internacional

Enquadramento

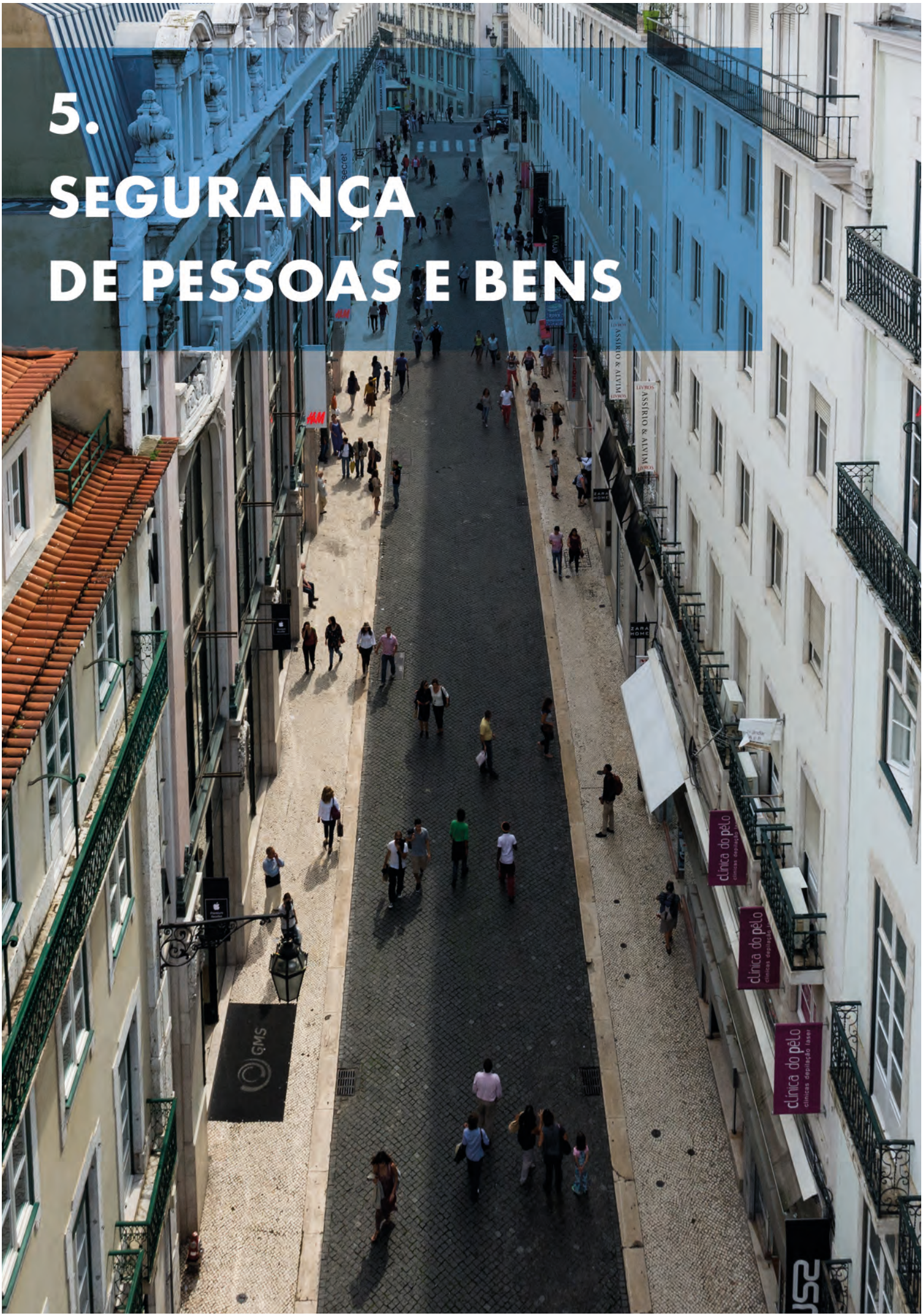
Lisboa adquiriu nos últimos anos um protagonismo turístico assinalável. É por isso fundamental aproveitar esta oportunidade para posicionar Lisboa também como um centro cultural e artístico vibrante.

Visão e Prioridades de Ação Política

Lisboa deve criar condições para atrair e fixar artistas. Para que isso aconteça, iremos:

- Criar um regime fiscal melhorado;
- Investir em residências artísticas e em espaços para desenvolvimento das artes;
- Elaborar uma estratégia de comunicação internacional que promova Lisboa não só pelas condições meteorológicas ou charme da cidade, mas como um ponto de atracão pela sua dinâmica cultural e artística;
- Atribuir uma **Bolsa Internacional para Artistas** que pretendam desenvolver a sua performance em Lisboa, em paralelo com uma **Bolsa para Artistas Nacionais**;
- Criar um **prémio internacional para jovens artistas estrangeiros** residentes em Lisboa **em paralelo com um prémio para residentes nacionais**.

5. SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS



5. Segurança de Pessoas e Bens

Enquadramento

Nas últimas décadas, Lisboa progrediu acentuadamente no campo da segurança. O número de crimes reportados que, em 1993, se cifrava nos 68 115, diminuiu para 37 803 em 2014. Esta evolução deve ser sublinhada, mas exige-nos também uma maior preocupação com os novos desafios para a segurança das pessoas (como o terrorismo) e os problemas que subsistem na cidade e que afetam o quotidiano dos lisboetas.

Alguns destes problemas são condições estruturais, que dependem mais das políticas nacionais do que das orientações camarárias. É o caso da taxa de congestionamento das respostas policiais, que é bastante elevada. Mas há também desafios concretos, onde as políticas municipais adequadas podem fazer a diferença. Num cenário de redução da criminalidade, as situações de violência doméstica registaram, no entanto, um considerável aumento. Está a diminuir o estigma quanto à denúncia destes crimes, mas devem encontrar-se novas respostas para lhes dar combate.

Com o aumento do número de turistas na cidade, registou-se um incremento substancial do pequeno delito em zonas turísticas, nomeadamente furtos por "carteiristas".

Importa também responder ao vandalismo urbano, que destrói o património edificado e prejudica a qualidade de vida, o turismo e a cultura de cidade.

A promoção do policiamento de proximidade, em articulação com as forças vivas da comunidade, surge como o novo paradigma de segurança urbana, que é cada vez mais necessário reforçar. Assim, pretendemos uma cidade mais limpa, mais policiada e mais segura – uma cidade para as pessoas.

Releva também o papel da Proteção Civil e dos Bombeiros, atendendo aos desafios que as alterações climáticas apresentam, em particular, aos países do Sul da Europa. Eventos climáticos extremos (como cheias) tornar-se-ão mais intensos e frequentes.

Por outro lado, é necessário ter em conta a propensão sísmica da nossa cidade e a regulamentação atual para as obras de reabilitação urbana.

Visão e Prioridades de Ação Política

Queremos que Lisboa seja não apenas uma cidade segura nos números, mas também uma cidade percecionada como segura pelos seus moradores e por quem nos visita. Uma cidade onde as pessoas vivam tranquilas e com sentimento de segurança.

No que respeita ao combate à criminalidade, iremos:

- **Adotar a vídeo-proteção como sistema fundamental** de segurança da cidade.
- **Melhorar a segurança noturna** dos espaços públicos mais sujeitos à criminalidade através de iluminação adequada.
- **Intensificar o policiamento em zonas de diversão noturna**, onde a criminalidade é frequentemente mais intensa.
- **Reforçar o policiamento de bairro e de proximidade**, através da celebração de protocolos com a PSP, garantido o combate a pequenos delitos e acompanhamento de casos de isolamento de idosos, bem como equipas especializadas em zonas críticas da cidade.
- Fazer o levantamento dos pontos críticos de criminalidade em habitações, via pública e locais de grande afluência turística e de animação.
- Reunir, de acordo com o regulamentado, o Conselho Municipal de Segurança (que reuniu uma vez nos últimos dois mandatos). Incluir no Conselho um representante do OSCOT (Observatório de Segurança, Crime Organizado e Terrorismo) como observador independente.
- **"Desguetizar" os bairros sociais**, através de um processo contínuo e progressivo que visa integrar os habitantes destes bairros e assegurar oportunidades para que rompam ciclos de pobreza e muitas vezes de delinquência.
- **Operacionalizar o Plano Municipal de Combate à Violência Doméstica**, através de trabalho em rede com entidades e parceiros.
- **Reativar e divulgar a "queixa-online"**, designadamente para violência doméstica e prevenção do terrorismo.

No que respeita à prevenção de ataques terroristas, iremos:

- **Planear a cidade de forma a prevenir ataques terroristas por atropelamento de pessoas, mas ao mesmo tempo assegurar que a cidade não se transforma num *buncker***. A proteção mais óbvia contra ataques por veículo pesado consiste em grandes barreiras

(*anti-ramming*). **Atualmente, engenheiros e arquitetos possuem o conhecimento e a tecnologia necessária para se criar barreiras contra ataques por veículo (ligeiro ou pesado) de forma esteticamente equilibrada**. Por exemplo, é possível utilizar vasos de flores falsos, fabricados com betão e metal, localizados cirurgicamente em vias de comunicação, em espaços públicos e à frente de edifícios públicos.

- Conceber barreiras físicas em edifícios de forma inovadora, como bancos de jardim feitos com betão ou letras com o nome do edifício, também à base de metal e betão (ver o exemplo do estádio de futebol do Arsenal).
- Empenhar-nos para que as forças policiais (incluindo a Polícia Municipal) cooperem na construção de uma base de dados de potenciais autores deste tipo de ataque, devendo existir uma plataforma dedicada a alertas providenciados pelos cidadãos.
- Trabalhar para que a **Política Municipal receba formação em matéria de terrorismo**.

Em matéria de Proteção Civil, vamos:

- **Assegurar equipamentos adequados para os Bombeiros Profissionais (Sapadores) e Amadores (Voluntários)**, designadamente no dispositivo de Emergência de Combate ao Incêndio.
- **Apostar em campanhas de informação e sensibilização** sobre fenómenos naturais, com especial incidência em terramotos, cheias e maremotos.
- **Criar um sistema de alerta permanente** para telemóveis, que possa ser usado em caso de emergência (catástrofes naturais ou outas), mas também no dia-a-dia, por ex., para avisar de limitações à mobilidade na cidade ou alertas atmosféricos.
- **Reforçar a fiscalização do cumprimento da regulamentação antissísmica** na construção e na reabilitação urbana.
- **Fazer o reforço preventivo de simulacros** de incêndio, sismo, cheias nas zonas históricas, habitacionais e empresariais. Os poucos simulacros efetuados são da iniciativa de privados (pagando uma taxa própria) e não um investimento da cidade.
- **Trabalhar para incluir a disciplina de Primeiros Socorros na rede de escolas do Ensino Básico**, em interação com o INEM e a Cruz Vermelha Portuguesa, focando em inúmeras matérias como acidentes domésticos, viação, ferroviários, na praia, na escola, incêndios, etc.

- Assegurar, junto das respetivas entidades gestoras, o desenvolvimento de **ações de monitorização e planeamento da segurança e de planos de contingência de infraestruturas críticas**, como redes elétricas, gasodutos, redes de água, telecomunicações, pontes, aeroporto de Lisboa, porto de Lisboa, estações de metro e de caminhos-de-ferro, entre outras.
- **Desenvolver ações de formação cívica e voluntariado em proteção civil**.

Nossa Lisboa

CDS-PP MPT PARTIDO DA TERRA PPM

www.nossalisboa2017.pt

www.facebook.com/assuncaocristas

instagram.com/assuncaocristas